



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**EDITAL DE LICITAÇÃO TRF2 Nº 91/2025**

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

**Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000**

**Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016**

**ATENÇÃO**

**Alerta-se para que a empresa licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento. A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2025**

**Proc. nº 0004426-79.2024.4.02.8000**

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu(sua) Pregoeiro(a), designado pela **Portaria SEI DG/TRF2 Nº 206, de 12 de Maio de 2025**, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Data: 20/08/2025**

**Horário (de Brasília): 13:00 horas**

**Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**Fazem parte deste Edital:**

Anexo I - Termo de Referência; Especificações técnicas

Anexo II – Planilha de Custos e Formação de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016

Anexo V - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo VI - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo VII - Modelo Planilha BDI;

Anexo VIII -Cronograma Físico Financeiro;

Anexo IX - Plantas;

Anexo X - Minuta do Contrato Administrativo.

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa** especializada para realizar os serviços de reforma e recuperação das fachadas **do prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Rua Visconde de Inhaúma**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

### **2.3 - Não poderão participar:**

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

- 5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante
- 5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
- 5.1.6 - Preço total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do Anexo II deste Edital;
- 5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.1.7 - Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indireta, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo constante do Anexo VII deste Edital;
- 5.1.8 - Cronograma físico-financeiro, conforme modelo constante no ANEXO VIII deste Edital;
- 5.1.9 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;
- 5.1.10 - **Prazo de vigência do contrato**: conforme minuta do termo de contrato - ANEXO X
- 5.1.11 - **Prazo de execução**, que deverá ser conforme estabelecido no Termo de Referência - ANEXO I deste edital;
- 5.1.12 - **Prazo de garantia dos serviços**, que deverá ser conforme estabelecido no Termo de Referência - ANEXO I deste edital;
- 5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.9 a 5.1.12, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.
- 5.3 - Depois de solicitada pelo(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.
- 5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O(A) Pregoeiro(a) poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.
- 5.4 – Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.
- 5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;
- 5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.
- 5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

6.1 - O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O(A) Pregoeiro(a) poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo TRF - 2ª Região. (artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

6.9 - O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação (artigo 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

6.10 - Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

6.11 - Caso a proposta do licitante vencedor tenha sido inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)**

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **MENOR PREÇO TOTAL**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de 0,3% (três décimos por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois

minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.8 - No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizados os procedimentos previstos no item 8, se couber, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.13 - Após o julgamento, a licitante vencedora deverá reelaborar e apresentar as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final (artigo 56, § 5º, da Lei nº 14.133/2021)

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

8.1 - Aberta a sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas

estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas brasileiras;

8.6.2 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.3 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, após a aplicação dos critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, utilizar-se-á o sorteio como critério de desempate, no sistema Compras.gov.br, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o(a) Pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O(A) Pregoeiro(a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - A Administração poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar o contrato.

8.15 - O(A) pregoeiro(a), constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

## **9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

## **9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;



9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

**9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:**

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao(à) Pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

## **9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.5.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU, comprovando o registro ou inscrição da licitante e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

9.5.1.1 - Um dos responsáveis técnicos arrolados na certidão supra deverá ser engenheiro civil ou arquiteto.

9.5.1.1.1 - No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no

CREA ou CAU do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.

**9.5.2 - Comprovação de de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;**

**9.5.2.1 - Capacitação técnico-profissional -** comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Arquiteto, reconhecidos pelo CREA/CAU, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT expedidas por esses Conselhos que comprovem a execução de serviços relativos à aplicação de emboço de fachada e pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup> cada serviço, (30% da área total a ser reformada – 716,00m<sup>2</sup>).

**9.5.2.1.1 –** Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior será admitido o somatório de atestados, emitidos por pessoa jurídica, que comprovem:

- a prestação dos serviços de aplicação de emboço de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup>.

- a prestação de serviços de pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup>.

**9.5.2.2 -O responsável técnico** acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência

**9.5.2.3 -** Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.

**9.5.2.4 -** No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**9.5.3 - Capacitação técnico-operacional -** comprovação através de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, que ateste a execução de serviços relativo à aplicação de emboço de fachada e pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup> cada serviço, (30% da área total a ser reformada – 716,00m<sup>2</sup>).

**9.5.3.1 –** Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior será admitido o somatório de atestados, emitidos por pessoa jurídica, que comprovem:

- a prestação dos serviços de aplicação de emboço de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup>.

- a prestação de serviços de pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup>.

**9.5.3.2 -** Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

**9.5.3.3 -** Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

**9.5.4 -** A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

## **9.6 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

**9.6.1 -** Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.

## **10 - VISTORIA**

**10.1 -** A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

**10.1.1 -** A vistoria será realizada de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendada com o Núcleo de Obras e Gestão de Obras e Reformas (NUGOR), pelos telefones 2282- 8233 e 2282-7752 ou pelo e-

10.1.2 - CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela Seção de Manutenção Elétrica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação.

10.2- Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

10.3 - A licitante poderá optar por substituir a vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

## 11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

<b>Programa de Trabalho</b>	<b>PTRES</b>	<b>Elemento de Despesa</b>
02.122.0033.219Z.6013	228.531	4.4.90.51.91

## 12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo(a) Pregoeiro(a).

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a), exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

## 13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o(a) Pregoeiro(a) aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual/retirada da Nota de Empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.5.1 - Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, o TRF - 2ª Região, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.5.1.1 - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.5.1.2 - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da

assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

**14.11 - GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 96, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser firmado.

14.11.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

14.11.1.1 - Na hipótese de opção por seguro-garantia, deverá ser apresentada a respectiva Apólice no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do §3º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

14.11.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.11.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

14.11.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

14.11.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

14.11.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

14.11.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.11.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.11.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.11.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.11.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.11.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.11.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

14.11.7 - Será considerada extinta a garantia:

14.11.7.1- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.11.7.2 - Com a extinção do contrato.

14.11.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.11.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

14.11.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

14.11.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.11.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

14.11.9 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.11.8.3 e 14.11.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

**14.12 - DO REAJUSTE**

14.12.1 - Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os §§ 3º e 4º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

14.12.2 - O reajustamento dos preços será feito com base na variação do INCC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (I-Io/Io) \times P$$

Onde:
R = Reajuste
I = N° índice da data do reajuste
Io = N° índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste
P = Preço a ser reajustado

14.12.3 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

14.12.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

14.12.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

**15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, registro de recebimento no Portal do SIGEO, quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do

contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.2.1 - O prazo para o recebimento definitivo só começa a contar com o recebimento do documento fiscal no SIGEO e da documentação complementar exigida no contrato, o que acontecer por último.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

## **16 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

16.1 - O pagamento será efetuado em medições mensais mediante a apresentação de Planilha de medição e da documentação complementar discriminada no subitem 16.3, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, discriminativo dos serviços prestados devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada

16.1.1 - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

16.1.2 - no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior ao limite estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21 devidamente atualizado;

16.1.3 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

16.1.4 - Para fins do disposto nos subitens 16.1.1 ou 16.1.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, cujos procedimentos serão registrados no mencionado sistema.

16.2.1 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

16.2.2 - A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais).

16.2.3 - Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

16.2.4 - Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal;

16.2.5 - Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação.

16.3 - A documentação complementar, abaixo discriminada, deverá ser enviada por meio de endereço eletrônico [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br).

16.3.1 - Carta de Apresentação da Cobrança;

16.3.2 - Boletim de Medição (em papel e meio eletrônico – extensão.pdf);

16.3.2.1 - O Boletim de Medição deverá conter todos os serviços presentes na planilha estimativa sintética de serviços e preços que já tenham sido objeto de medição, mesmo aqueles que não tenham quantidade medida no período.

16.3.2.2 - Além disso, deverá ser carimbado e assinado pela Contratada, que deverá anexar as memórias de cálculo da quantificação, obrigatoriamente acompanhadas de cópias dos croquis, com a indicação dos elementos executados e de outros documentos julgados necessários pela fiscalização.

16.3.3 - Memória de cálculo da medição (em papel e meio eletrônico – extensão.pdf);

16.3.4 - Registro fotográfico dos serviços executados.

16.3.5 - Diário de obras assinado pelo responsável técnico pela obra e pelo fiscal;

16.3.6 - Manifestos referentes à remoção de resíduos sólidos.

16.4 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação encaminhando declaração por meio de endereço eletrônico [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br).

16.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, , com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores.

16.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

16.7 - No caso de documento fiscal apresentado com erro a Contratada será notificada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

16.8 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

16.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.8, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

## **17 - DAS SANÇÕES**

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **18 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

18.1 - A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital

## **19 - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS**

19.1 - A disciplina relativa à Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

## **20 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

20.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

20.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da

Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

20.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

20.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

20.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

20.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

20.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

20.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 20.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

20.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) que decidirá com base na legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, **Coordenadora**, em 01/08/2025, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1155499** e o código CRC **0C19119F**.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA TRF2 1152041**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1.1.1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para obra de reforma e recuperação das fachadas do prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Rua Visconde de Inhaúma.

**1.1.2. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

A Contratada deverá executar os serviços constantes no Anexo 1 deste Termo de Referência (Especificações Técnicas), nos quantitativos descritos na Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II do Edital) e deverão estar de acordo com as dimensões e detalhes dos projetos constantes no Anexo IX do Edital.

**1.1.3. FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

1.1.3.1. Os serviços serão realizados, preferencialmente, no período diurno, das 6h às 17h. Contudo, entre 11h e 19h, ficam vedadas atividades que gerem ruídos, odores fortes ou qualquer interferência que possa comprometer o regular funcionamento das atividades deste Tribunal. Tais serviços deverão ser planejados para execução no período entre 20h e 10h, de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos.

1.1.3.2. A CONTRATADA deverá isolar as áreas a serem reformadas com tapumes em perfeitas condições.

1.1.3.3. A CONTRATADA deverá garantir que a mão de obra empregada, na execução dos serviços, será de primeira qualidade conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de fabricação compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

1.1.3.4. A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, sejam novos, de alto grau de qualidade (inclusive os serviços), em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis, e que entrarão em operação em plenas condições de funcionamento.

1.1.3.5. A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparados e substituídos, a sua própria custa, todos os serviços e equipamentos ou componentes de sistemas que acusarem defeitos ou quaisquer anormalidades no funcionamento durante o período de garantia.

1.1.3.6. A contratada deverá utilizar todas as ferramentas e equipamentos apropriados, necessários à execução dos serviços;

1.1.3.7. A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, devidamente fundamentada, deverá ser solicitada ao CONTRATANTE e qualquer esclarecimento adicional deverá ser formulado por escrito e submetido à análise dos responsáveis pela fiscalização do TRF2;

1.1.3.8. Submeter à aprovação prévia do CONTRATANTE todas as substituições dos materiais por outros materiais equivalentes (mesma função e desempenho técnico), podendo o CONTRATANTE determinar a troca de material ou equipamento equivalente instalado não aprovado previamente;

1.1.3.9. Será de responsabilidade da contratada a colocação de todas as placas indicativas exigidas pelos órgãos competentes;

1.1.3.10. A empresa deverá manter o local da execução dos serviços, bem como as partes afetadas, permanentemente limpos, prevendo-se a proteção dos bens móveis, com material apropriado, no caso de risco de danos ou manchas provenientes do serviço. O entulho deverá ser removido após cada dia de serviço e deverá ser acondicionado em local indicado pela fiscalização até que se tenha volume para encher uma caçamba ou um caminhão basculante;

1.1.3.11. Ao término dos serviços deverá ser procedida a limpeza final do ambiente com a remoção cuidadosa de todas as manchas com produtos e técnicas apropriadas, dispensando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos revestimentos, vidros, etc. Os custos referentes às operações de limpeza dos ambientes deverão estar contemplados nos valores apresentados para a execução dos respectivos serviços.

#### 1.1.3.12. Livro de Registro (Diário de Obras)

1.1.3.12.1. A empresa deverá manter, no local dos serviços, livro de registro diário onde serão anotadas todas as atividades realizadas, o número de profissionais alocados pela contratada e eventuais ocorrências que venham afetar o andamento dos serviços. Os dias improdutivos deverão ser registrados no diário, indicando-se o percentual de improdutividade.

1.1.3.12.2. Deve ser encadernado, com paginação numerada de forma corrida, em 03 (três) vias, folha única no formato A4 para cada dia, incluindo domingos e feriados, conforme modelo estabelecido pela fiscalização.

1.1.3.12.3. O livro de registros deverá ser rubricado pelo preposto da Contratada e apresentado diariamente à fiscalização do Contratante, que será responsável por conferi-lo e rubricá-lo, arquivando uma de suas vias em pasta apropriada.

1.1.3.12.4. A substituição do livro, totalmente preenchido, deve ser efetuada pela Contratada de forma rotineira e imediata, às suas expensas e sob sua responsabilidade, cabendo à Contratada sua guarda e conservação até que seja entregue à fiscalização.

1.1.3.12.5. O livro de registro diário poderá ser mantido em formato eletrônico, desde que assegurados os requisitos de integridade, autenticidade, rastreabilidade e possibilidade de assinatura eletrônica pelas partes envolvidas. Nesse caso, o sistema utilizado deverá permitir o acesso integral pela fiscalização, bem como a geração de cópias fiéis em formato PDF, quando solicitado.

#### 1.1.3.13. Forma de comunicação formal entre a fiscalização e a contratada

1.1.3.13.1. A comunicação e/ou registro de ocorrências entre a Contratada e a Fiscalização poderá ser formalizada em reuniões previamente agendadas ou por ofício ou carta numerada, ou por meio de mensagens eletrônicas (e-mail) entre endereços eletrônicos do preposto da Contratada e do setor DIOBR/SIE por parte do Contratante.

#### 1.1.3.14. Medidas de Segurança

1.1.3.14.1. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da contratada, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

1.1.3.14.2. A contratada utilizará, às suas custas, fitas zebreadas, cordas, cones e placas de sinalização ou alerta sempre que a atividade o exigir, tanto na parte interna das áreas ou externa.

1.1.3.14.3. É proibido acender fogareiros e estufas, com exceção dos elétricos, ou manter botijões de gás no interior da área, durante a execução dos serviços.

1.1.3.14.4. Em todos os itens dos serviços, deverão ser fornecidos e instalados os Equipamentos de Proteção Coletiva e demais materiais de segurança necessários no decorrer das diversas etapas dos serviços, de acordo com o previsto na NR- 06 e NR-18 da Portaria nº3214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança. A contratada submeter-se-á às medidas de segurança exigidas do local onde se realizarem os serviços.

1.1.3.14.5. A contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A fiscalização do CONTRATANTE ou a Brigada de Combate a Incêndio, poderão

paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA;

1.1.3.14.6. As ferramentas manuais deverão ser de material de boa qualidade e apropriadas ao uso a que se destinam sendo vetada a utilização de ferramentas defeituosas.

1.1.3.14.7. As ferramentas manuais não deverão ser abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e locais semelhantes.

1.1.3.14.8. Adoção de materiais, métodos e tecnologias, nos processos operacionais, adequados à execução do objeto do presente contrato bem como, levando em consideração a segurança das operações, a proteção ambiental e o conforto dos usuários.

#### 1.1.3.15. Medidas de Sustentabilidade

1.1.3.15.1. Remover todo o entulho proveniente dos serviços acondicionando-o, transportando-o e descartando-o em conformidade com a Lei N.º 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em vigor desde 03/08/2010, e a Resolução CONAMA N.º 307/2002, que trata das diretrizes, critérios e procedimentos para Gestão de Resíduos da Construção Civil, em vigor desde 02/01/2003;

1.1.3.15.2. A contratada deverá cumprir integralmente as diretrizes estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme dispõe o art. 4º, § 3º, da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 01/2010. O descumprimento dessa obrigação contratual acarretará a aplicação das penalidades previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) deste Termo, especificamente no item 14 da Tabela 02, conforme as disposições do item 11.3, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

1.1.3.15.3. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local na execução dos serviços.

1.1.3.15.4. A contratada deverá utilizar agregados reciclados, sempre que existir sua oferta no mercado com capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais;

## 1.2. PRAZO DE VIGÊNCIA

1.2.1. O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data estipulada pela fiscalização no Termo de Início dos serviços conforme cronograma físico-financeiro.

1.2.2. Condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:

1.2.2.1. Apresentação da designação formal do Preposto;

1.2.2.2. Apresentação de ART/RRT junto ao CREA-RJ /CAU-RJ, referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado;

1.2.2.3. Cronogramas físicos detalhados, geral e parciais, por local, assim como o planejamento dos serviços a serem executados.

1.2.3. Os documentos supracitados deverão ser apresentados impreterivelmente no prazo de até 07 (sete) dias corridos, contados a partir da data da solicitação formal da Fiscalização, a ser realizada após a assinatura do contrato. O descumprimento deste prazo sujeitará a contratada à penalidade prevista no item 15 da Tabela de Infrações e Multas Rescisórias, constante do item 11 que trata o IMR.

## 1.3. PRAZO DE GARANTIA

O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 5 (cinco) anos a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo sobre quaisquer defeitos provenientes de erros e/ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de erros de concepção, matéria-prima, fabricação, inspeção, ensaios, embalagem, transportes, manuseios, montagem, etc., excluindo-se, todavia, danos ou defeitos decorrentes do desgaste de uso anormal e influências externas de terceiros não imputáveis à CONTRATADA.

#### 1.4. CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA

Não se aplica

#### 1.5. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS – REGRAS

Não se aplica

#### 1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1.6.1. Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU, comprovando o registro ou inscrição da licitante e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

1.6.1.1. Um dos responsáveis técnicos arrolados na certidão supra deverá ser engenheiro civil ou arquiteto.

1.6.1.2. No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.

1.6.2. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

1.6.2.1. Capacitação técnico-profissional - comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data da licitação, no mínimo, 01 (um) profissional de nível superior Engenheiro Civil e/ou Arquiteto reconhecidos pelo CREA/CAU, detentores de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT expedidas por esses Conselhos que comprovem a execução dos serviços relativos à aplicação de emboço de fachada e pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup> cada serviço, (30% da área total a ser reformada – 716,00m<sup>2</sup>).

1.6.2.1.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior será admitido o somatório de atestados, emitidos por pessoa jurídica, que comprovem:

- a prestação de serviços de aplicação de emboço de fachada, em uma área mínima de 215,00m<sup>2</sup>;
- a prestação de serviços de pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00m<sup>2</sup>.

1.6.2.1.2. O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

1.6.2.1.3. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.

1.6.2.1.4. No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

1.6.2.2. Capacitação técnico-operacional - comprovação através de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, que ateste a execução de serviços relativo à aplicação de emboço de fachada e pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00 m<sup>2</sup> cada serviço, (30% da área total a ser reformada – 716,00m<sup>2</sup>).

1.6.2.2.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior será admitido o somatório de atestados, emitidos por pessoa jurídica, que comprovem:

- a prestação de serviços de aplicação de emboço de fachada, em uma área mínima de 215,00m<sup>2</sup>;

- a prestação de serviços de pintura de fachada, em uma área mínima de 215,00m².

#### JUSTIFICATIVA DO ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

O certificado de capacidade técnico-operacional é indispensável por se tratar de um serviço com alto índice de especialização, já que é realizado em altura com risco elevado tanto para os trabalhadores quanto para os usuários do prédio. A escolha das parcelas de maior relevância para fins de comprovação de capacitação técnica-operacional foi determinada pelo fato de serem os serviços técnicos desta contratação que detêm maior complexidade técnica e maior volume de interferência, tornando-se o fator determinante para a eleição das parcelas de maior relevância técnica. Além da relevância técnica, os serviços em questão, individualmente, também representam relevância econômica no valor total do serviço a ser contratado.

No livro "OBRAS PÚBLICAS - Comentários à Jurisprudência do TCU, Ed. Fórum, 3a edição, págs. 315/16, consta demonstrado que "o aumento de quantitativos do serviço acarreta, necessariamente, e desproporcionalmente, uma dificuldade no gerenciamento do empreendimento capaz de comprometer a qualidade ou a finalidade almejada na contratação".

#### 1.7. VISTORIA

1.7.1. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

1.7.1.1. A visita será realizada de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com Núcleo de Gestão de Obras e Reformas (NUGOR), pelos telefones 2282-8193 e 2282-8680 ou pelo e-mail [nugor@trf2.jus.br](mailto:nugor@trf2.jus.br).

1.7.1.2. CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pelo NUGOR, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação.

1.7.2. Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

1.7.3. A licitante poderá optar por substituir a vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### 1.8. METAS FÍSICAS

1.8.1. Recuperação e manutenção da fachada do prédio através da repintura das empenas, troca de pastilhas soltas e recuperação do revestimento existente, prolongando assim a vida útil da fachada por mais 5 anos.

#### 1.9. LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO

1.9.1. Os serviços serão executados no prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região localizado na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, Centro – RJ.

#### 1.10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

1.10.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

1.10.1.1. Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

1.10.1.2. Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, após vistoria ou decurso do



prazo de observação, que não poderá exceder a 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do termo de recebimento provisório;

JUSTIFICATIVA: Por se tratar de serviço de engenharia/obra, com grande área de atuação e quantidade de serviços e materiais a serem avaliados e testados, a emissão do Termo de Recebimento Definitivo necessita de um prazo maior para que sejam possíveis a regularização de todas as pendências verificadas e a posterior verificação dos acertos por parte do gestor ou Comissão gestora;

1.10.2. O recebimento do objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

1.10.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.10.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

#### **1.11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1.11.1. Designar, formalmente, no ato da assinatura do contrato, 01 (um) preposto para supervisão dos serviços contratados, sendo este o elo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, devendo possuir poderes para solucionar problemas e obrigações oriundos da relação contratual;

1.11.2. Apresentar cronogramas físicos detalhados, geral e parciais por local, assim como planejamento dos serviços a serem executados, aos responsáveis pela fiscalização, antes do início destes. Os serviços só poderão iniciar após a aprovação dos cronogramas e do planejamento pela fiscalização;

1.11.3. Encaminhar documento com nome e número da identidade dos funcionários que executarão os serviços, atualizando esta lista a cada novo funcionário que for contratado ou dispensado;

1.11.4. Manter os funcionários devidamente identificados através de crachás e de uniformes adequados à execução dos serviços;

1.11.5. Manter a título de administração local dos serviços a equipe prevista na planilha de composição de preços unitários;

1.11.6. Obedecer às normas e recomendações em vigor, editadas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas em sua área de atuação;

1.11.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;

1.11.8. Proibir seus funcionários de permanecerem em locais que não sejam os da realização dos serviços ou necessários a este fim;

1.11.9. Proibir seus funcionários de solicitar serviços, materiais ou equipamentos às empresas terceirizadas que prestam serviços ao CONTRATANTE;

1.11.10. Responsabilizar-se pela guarda e conservação de seus materiais, ferramentas e equipamentos, não podendo esse serviço ficar a cargo do CONTRATANTE;

1.11.11. Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal;

1.11.12. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços ou materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução inadequada e/ou da má utilização dos materiais empregados;

1.11.13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, impostos, emolumentos e multas decorrentes da execução e legalização dos serviços e por todas as demais despesas resultantes de sua execução;

1.11.14. Observar as normas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE em suas dependências;

- 1.11.15. Responder por qualquer acidente que venha a ocorrer com os seus empregados em decorrência da execução dos serviços;
- 1.11.16. Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução dos serviços de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros;
- 1.11.17. Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços;
- 1.11.18. Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- 1.11.19. Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente e por recomendação da fiscalização, cause embaraço à boa execução dos serviços;
- 1.11.20. Fornecer todos os documentos pertinentes à execução dos serviços solicitados pelo contratante ou seus fiscais;
- 1.11.21. Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências do TRF2, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos.
- 1.11.22. Facilitar a inspeção dos materiais e serviços por parte da fiscalização, facultando a esta o acesso aos depósitos ou qualquer outra dependência que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato.
- 1.11.23. Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução dos trabalhos, quer com insumos, quer com mão de obra, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes e inspeções técnicas necessárias à aceitação e recebimento dos mesmos;
- 1.11.24. Responsabilizar-se pelo transporte horizontal e vertical dos materiais, equipamentos, ferramentas e funcionários necessários à execução dos serviços.
- 1.11.25. Fornecer toda mão de obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada;
- 1.11.26. Zelar pela higiene e segurança do seu depósito, banheiro e vestiário, devendo evitar o acúmulo de materiais combustíveis e inflamáveis. A área destinada ao depósito e acúmulo de materiais a serem descartados deverá permanecer limpa e arrumada ao longo da execução dos serviços, assim como o banheiro e vestiário utilizados pela mesma;
- 1.11.27. Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.
- 1.11.28. Apresentar, antes do início da execução dos serviços, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida junto ao CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitido junto ao CAU, conforme o caso, em nome do profissional legalmente habilitado responsável pela execução dos serviços, conforme exigência das legislações específicas dos conselhos de classe.
- 1.11.29. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

## **1.12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 1.12.1. Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.
- 1.12.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da contratada, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.
- 1.12.3. Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.
- 1.12.4. Disponibilizar área para guarda de ferramental e armazenamento dos materiais, bem como local para ser usado como vestiário;
- 1.12.5. Disponibilizar pontos de energia e água necessários para a execução do serviço;
- 1.12.6. Aprovar os cronogramas de execução dos serviços, geral e parcial por local, proposto pela CONTRATADA, solicitando os ajustes necessários;

- 1.12.7. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com objeto contratado;
- 1.12.8. Notificar, por escrito, a Contratada, da constatação de quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços, bem como da aplicação de eventuais multas;
- 1.12.9. Emitir o aceite provisório e definitivo do objeto contratado, verificando a conformidade com as especificações, desenhos e normas técnicas, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

### **1.13. CÓDIGO SIASG**

Código 614777

### **1.14. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Não se aplica

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

O edifício do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na Rua Visconde de Inhaúma, apresenta diversas patologias nas fachadas, como o descolamento de reboco e pastilhas, além de trincas e fissuras. Essas condições favorecem o surgimento de infiltrações, que aceleram a degradação do revestimento e causam danos ao ambiente interno, resultando em umidade e comprometendo a qualidade do ambiente de trabalho dos servidores. Além disso, a fragilidade do revestimento e o risco de descolamento de materiais representam uma ameaça à segurança dos usuários e de todos que transitam pelo prédio.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **3.1. Solução Escolhida**

Contratação de empresa especializada para obra de reforma e recuperação das fachadas do prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Rua Visconde de Inhaúma.

3.2. O detalhamento, as especificações e os quantitativos, encontram-se dispostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **3.3. DO CICLO DE VIDA**

3.3.1. A solução foi definida considerando seu ciclo de vida como um todo, a partir da análise geral realizada nos estudos preliminares, onde foram identificados os requisitos inerentes à forma de execução do serviço, validade dos materiais envolvidos, quantitativos necessários e as especificações técnicas com vistas à consecução do objeto proposto.

3.3.2. Foram observadas as seguintes etapas do ciclo de vida do serviço:

#### **3.3.2.1. Contratação**

3.3.2.1.1. Será efetuada por meio de pregão eletrônico, uma vez que a solução apontada é tecnicamente viável, e em virtude da existência de empresas no mercado que viabilizam o certame.

#### **3.3.2.2. Preparação**

3.3.2.2.1. A empresa deverá designar formalmente o preposto, informando o nome e telefone de contato no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato.

3.3.2.2.2. A empresa apresentar a relação dos funcionários que irão executar os serviços no prédio, indicando nome e nº de carteira de identidade, para que seja autorizado seu acesso ao prédio junto ao Setor de segurança.

3.3.2.2.3. Será definido junto ao setor responsável pelo contrato local para guarda de materiais, equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais.

3.3.2.2.4. A firma deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no Tribunal, para posterior conferência na saída da firma. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente.

3.3.2.2.5. Não há necessidade de instalações e montagens especiais visto que os prédios do TRF2 possuem depósitos e vestiários disponíveis.

### 3.3.2.3. Execução do Serviço

3.3.2.3.1. A contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

3.3.2.3.2. A contratada deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

3.3.2.3.3. Os serviços serão realizados, preferencialmente, no período diurno, das 6h às 17h. Contudo, entre 11h e 19h, ficam vedadas atividades que gerem ruídos, odores fortes ou qualquer interferência que possa comprometer o regular funcionamento das atividades deste Tribunal. Tais serviços deverão ser planejados para execução no período entre 20h e 10h, de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos.

3.3.2.3.4. A contratada deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios utilizados para a execução do serviço sejam novos, de alto grau de qualidade (inclusive os serviços), em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

3.3.2.3.5. As áreas de trabalho deverão ser mantidas limpas, durante toda a execução dos serviços, além do depósito e vestiário disponibilizado para a empresa.

### 3.3.2.4. Fiscalização

3.3.2.4.1. O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do serviço conforme descrito no item 6 deste Termo.

### 3.3.2.5. Conclusão e Aceitação do Serviço:

3.3.2.5.1. Ao término dos serviços deverá ser procedida a limpeza final dos ambientes com a remoção cuidadosa de todas as manchas com produtos e técnicas apropriadas, dispensando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos revestimentos, vidros, pedras. Os custos referentes às operações de limpeza dos ambientes deverão estar contemplados nos valores apresentados para a execução dos respectivos serviços.

3.3.2.5.2. Concluído o serviço, a Contratada deverá providenciar a remoção de quaisquer entulhos e/ou detritos acumulados no local.

3.3.2.5.3. O eventual descarte de detritos e/ou entulhos deverá ser efetuado de acordo com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

3.3.2.5.4. A aceitação dos serviços se dará após a conferência final do gestor ou comissão gestora do contrato, assegurando que todos os termos e condições do contrato foram cumpridos e que quaisquer responsabilidades ou obrigações remanescentes foram adequadamente executadas.

3.4. O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE**

4.1.1. O serviço deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos

“Habilitação Técnica” e “Obrigações da Contratada”.

4.1.2. O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade do serviço prestado.

4.1.3. A empresa deverá prestar os serviços objeto do presente Termo dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Contratante, com a observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação, assim como, observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

4.1.4. A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste Termo de Referência. Deve também ser respeitada a seguinte legislação:

4.1.4.1. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de concessionárias de serviços públicos;

4.1.4.2. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA e CAU;

4.1.4.3. Normas Regulamentadoras (NR) e Portarias do Ministério do Trabalho.

4.1.5. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de segurança necessários para a adequada execução de serviços, conforme o art. 6º, inciso IV, da IN SLTI MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010 e a Portaria MTb nº 2175, de 28 de julho de 2022, que regulamenta a NR 06 sobre equipamentos de proteção individual.

4.1.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 49% (quarenta e nove por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, nas seguintes condições:

4.1.6.1. É vedada a subcontratação da parcela principal da obrigação.

4.1.6.2. As empresas subcontratadas deverão ser formalmente apresentadas à fiscalização do contrato.

4.1.6.3. As empresas subcontratadas deverão comprovar ter as qualificações técnicas necessárias para a execução dos serviços subcontratados com a apresentação de toda a documentação exigida no edital para fins de demonstração da qualificação.

4.1.6.4. Cabe ao contratante avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

4.1.6.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **4.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

Buscando atender aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos para as compras públicas sustentáveis a Contratada deverá:

4.2.1. Todos os elementos discriminados no Termo de Referência, no que tange à composição, execução, instalação e ao armazenamento de suas respectivas embalagens, devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.2. A contratada deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.3. Deve ser evitada a utilização de máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.2.4. A contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.5. Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, respeitando a Logística Reversa de Resíduos Sólidos determinada na Lei Nº 12.305/2010.

4.2.6. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao TRF2 em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao produto objeto do presente Termo de Referência.

4.2.7. A contratada deverá remover todo o entulho proveniente dos serviços acondicionando-o, transportando-o e descartando-o em conformidade com a Lei N.º 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em vigor desde 03/08/2010, e a Resolução CONAMA N.º 307/2002, que trata das diretrizes, critérios e procedimentos para Gestão de Resíduos da Construção Civil, em vigor desde 02/02/2003;

4.2.8. A contratada deverá cumprir as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil /PGRCC, sob pena de multa em caso de inadimplemento da obrigação contratual, nos termos do art.4º, § 3º, da IN MPOG/SLTI nº 01/2010.

4.2.9. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local na execução dos serviços.

4.2.10. A contratada deverá utilizar agregados reciclados, sempre que existir sua oferta no mercado com capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais;

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS)**

5.1. A proposta está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal - [PEJF 2021/2026](#), objetivos estratégicos: *Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e da área judicial, Elevar a qualidade dos serviços prestados, Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos.*

5.2. Alinha-se, ainda, com a [ODS 16 da Agenda 2030/ONU](#), que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

### **5.3. Benefícios Diretos:**

5.3.1. A reforma e recuperação das fachadas do edifício do TRF 2ª Região trarão benefícios diretos como a eliminação de riscos à segurança, prevenindo o descolamento de materiais e acidentes. A eliminação de infiltrações melhorará o ambiente interno, evitando umidade e garantindo melhor qualidade de trabalho para os servidores. Além disso, a recuperação estética do prédio preservará sua integridade, aumentando a durabilidade da estrutura e promovendo a conservação do patrimônio.

### **5.4. Benefícios Indiretos:**

5.4.1. Assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo TRF2, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas;

5.4.2. Ambiente de trabalho mais seguro e agradável pode melhorar o bem-estar e a produtividade dos servidores, refletindo em um serviço público mais eficiente.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

6.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega do material para evitar que a CONTRATADA deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item 11 deste Termo de Referência devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.8. Comunicar à contratada as providências necessárias para sanar eventuais problemas detectados na execução dos serviços.

6.9. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais

6.10. Reunião de Início dos Serviços

6.10.1. Será realizada a reunião de início dos serviços entre a contratada e a fiscalização, no local dos serviços, para esclarecimento dos critérios, condicionantes, conteúdo dos documentos, que deverão ser observados na produção dos serviços, e dos demais procedimentos da fiscalização. Nesta reunião, deverão estar presentes o preposto e os membros da equipe técnica da Contratada a critério da administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As condições de pagamento encontram-se detalhadas no título DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Edital.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Trata-se de serviço a ser contratada por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço unitário.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 336 da PO 2025.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

11.1. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2. O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3. Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA

1	0,5% sobre o valor prestado na medição do serviço
2	1,0% sobre o valor prestado na medição do serviço
3	1,5% sobre o valor prestado na medição do serviço
4	2,0% sobre o valor prestado na medição do serviço
5.1	3,0% sobre o valor prestado na medição do serviço
5.2	3,0% sobre a diferença do valor previsto no cronograma físico financeiro e o valor prestado na Medição

Tabela 02		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de realizar os serviços no prazo contratual, sem justificar formal e previamente os motivos	5.2
2	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma;	1
3	Executar serviço incompleto ou de forma irregular, segundo as normas vigentes	5.1
4	Fornecer material defeituoso ou fora de especificação	3
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5.1
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço;	4
7	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços;	3
8	Recusar-se a executar serviço constante no objeto contratual, determinado pela fiscalização;	2
9	Subdimensionar a proporção adequada de pessoal, causando transtornos ao Tribunal devido à demora na execução de seus serviços;	3
10	Deixar de fornecer EPI's necessários aos funcionários e de impor penalidades aos que se recusarem a usá-los.	3
11	Deixar de Informar por escrito a relação dos responsáveis pelo contrato e seus telefones de contato possibilitando a solução de ocorrências previstas e imprevistas.	1
12	Deixar de fornecer materiais, ferramentas e equipamentos em conformidade com as cláusulas contratuais, e em quantidade suficiente para a execução do serviço dentro do prazo contratual	3
13	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3
14	Não apresentação do(s) Certificado(s) de Destinação Final (CDF) e do(s) Manifesto(s) de Transporte de Resíduos (MTR) no prazo de até 30 (trinta) dias após a disponibilização da caçamba e o respectivo despacho do entulho.	3
15	Deixar de apresentar, no prazo contratual, a documentação inicial exigida para início dos serviços (ex.: designação de preposto, cronogramas, ART/RRT, relação de empregados, entre outros documentos previstos no contrato)	3

## 12. ANÁLISE DE RISCOS

12.1. Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a



formalização da contratação.

Risco 01	Risco:		Atraso ou fracasso no processo licitatório	
	Probabilidade:		Médio	
	Impacto:		Médio	
	Dano 1:		A intensificação das infiltrações, resultando em maior degradação do ambiente, além do risco de interdição de áreas no edifício.	
	Id		Ação Preventiva	Responsável
	1		Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Setor responsável pelo serviço
	2		Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Setor responsável pelo serviço
	3		Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Setor responsável pelo serviço
	Id		Ação de Contingência	Responsável
	1		Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Direção Secretaria
2		Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Administração TRF	

Risco 02	Risco:		Especificação Insuficiente dos serviços	
	Probabilidade:		Baixa	
	Impacto:		Alto	
	Dano 1:		Serviços executados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.	
	Id		Ação Preventiva	Responsável
	1		Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.	Setor responsável pelo serviço
	Id		Ação de Contingência	Responsável

	1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Equipe de Fiscalização
--	---	--	------------------------

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA			
ALTA			
MÉDIA		Risco 1	
BAIXA			Risco 2
	BAIXA	MÉDIA	ALTA
GRAVIDADE /IMPACTO			

13. ANEXOS

Os anexos ao presente termo constarão no Edital.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRO SANTOS CAMPELO**, Analista Judiciário, em 30/07/2025, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1152041** e o código CRC **C78B8223**.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

## **ANEXO A**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Esta especificação técnica tem como objetivo fornecer diretrizes para a execução segura e eficiente das Obras de Recuperação e Reforma das Fachadas e Empenas da edificação da Rua Visconde de Inhauma, nº 68 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. É imprescindível que todas as etapas sejam realizadas em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a preservação da integridade do entorno, a segurança dos trabalhadores e a mitigação/minimização de impactos ao meio ambiente.

Dentre as inúmeras Normas e Regulamentos a serem observados, lista-se:

- Norma Regulamentadora NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade): Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.
- Norma Regulamentadora NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção): Esta norma estabelece diretrizes para a segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos em atividades da indústria da construção;
- Norma Regulamentadora NR-35 (Trabalho em Altura): Esta Norma estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade;
- ABNT NBR 6.494 (Segurança nos andaimes): Esta Norma fixa as condições exigíveis de segurança dos andaimes quanto à sua condição estrutural, bem como de segurança das pessoas que neles trabalham e transitam.
- ABNT NBR 7.678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) : Esta Norma fixa as condições exigíveis de segurança e higiene em obras e serviços de construção e os procedimentos e medidas, de caráter individual e coletivo, para manutenção dessas condições na execução de tarefas específicas;
- ABNT NBR 9.574 (Execução de impermeabilização): Esta Norma estabelece as exigências e recomendações relativas à execução de impermeabilização para que sejam atendidas as condições mínimas de proteção da construção contra a



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

passagem de fluidos, bem como a salubridade, segurança e conforto do usuário, de forma a ser garantida a estanqueidade das partes construtivas que a requeiram, atendendo a NBR 9575;

- ABNT NBR 9.952 (Manta asfáltica para impermeabilização): Esta Norma especifica os requisitos mínimos para a aceitação de mantas asfálticas utilizadas para impermeabilização, bem como estabelece os métodos de ensaio necessários para a verificação destes requisitos;
- ABNT NBR 13.245 (Tintas para construção civil — Execução de pinturas em edificações não industriais — Preparação de superfície): Esta Norma fornece as diretrizes para a execução de pinturas em edificações não industriais, aplicadas aos diversos substratos, indicando os sistemas de pintura adequados.
- ABNT NBR 13.749 (Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Especificação): Esta Norma fixa as condições exigíveis para o recebimento de revestimento de argamassa inorgânicas aplicadas sobre paredes e tetos de edificações. Esta Norma aplica-se ao revestimento de elementos constituídos por concreto e alvenarias;
- ABNT NBR 15.116 (Demolição - Execução de Demolição Controlada de Estruturas de Concreto - Procedimento): Essa norma detalha os requisitos para a execução de demolição controlada em estruturas de concreto, incluindo a utilização de técnicas apropriadas e a importância de realizar avaliações estruturais prévias;
- ABNT NBR 15.845 (Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos - Áreas de Transbordo e Triagem - Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação): Esta norma estabelece as diretrizes para a gestão adequada dos resíduos gerados pela demolição, incluindo a segregação e destinação correta dos materiais;
- Legislação Ambiental: Além das normas técnicas de construção, é fundamental observar as leis e regulamentos ambientais locais, estaduais e nacionais que regem a Construção Civil, especialmente no que diz respeito à destinação dos resíduos e à proteção do meio ambiente;

A lista de Normas e Regulamento supracitada é meramente exemplificativa, cabendo a CONTRATADA observar as disposições das mesmas e de outras normativas relacionadas a execução do objeto do contrato.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

## **I - OBJETO**

As Especificações Técnicas a seguir detalhadas destinam-se ao estabelecimento dos padrões, das normas e das diretrizes para a execução do serviço Obras de Recuperação e Reforma das Fachadas e Empenas da edificação da Rua Visconde de Inhauma, nº 68 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

## **II - GARANTIA**

Compete à empresa executora garantir e responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços listados, nos termos da legislação em vigor, obrigando-se a substituir e / ou refazer, sem ônus para a contratante, qualquer serviço ou material que não esteja de acordo com as condições deste memorial e projeto básico; bem como, não executados a contento.

## **III - VISTORIA**

Antes da apresentação da proposta, a empresa deverá examinar os desenhos, especificações e demais elementos técnicos fornecidos para execução dos serviços, bem como recomenda-se vistoriar previamente o local da obra a fim de levantar quantidades, verificar a complexidade dos serviços e também eventuais dúvidas, omissões ou falhas, as quais deverão ser sanadas antes da licitação.

A empresa deverá comunicar, imediatamente e por escrito, eventuais discrepâncias, erros ou omissões que porventura tenha observado de forma a sanar aqueles que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento da obra antes da data de apresentação das propostas.

As diretrizes, regras e procedimentos a serem adotados sobre a vistoria do local, ou dispensa, constarão no Edital de Licitação e documentos correlatos.

## **IV - ALTERAÇÃO DE SERVIÇOS**

Se, por qualquer motivo, houver necessidade de alteração das obras / serviços e / ou especificações dos serviços licitados ou, se surgirem problemas durante o transcorrer das mesmas, não possíveis de serem previstos com antecedência, a contratada deverá justificar, por escrito, tais alterações e / ou problemas, submetendo-os, previamente, à fiscalização.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

## **V - ORÇAMENTO**

O orçamento que acompanha este memorial é a fonte de referência para a licitação.

Para cotação realística dos serviços as licitantes é fortemente recomendado a vistoria do local para reconhecimento das condições atualmente existentes.

A CONTRATADA deverá apresentar o seu orçamento de forma completa e de modo a contemplar todos os serviços, equipamentos e materiais para que atenda à obra, conforme as peças gráficas (plantas e afins) e a especificação técnica.

## **VI - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a observação e adoção dos equipamentos de segurança adequados, visando não permitir a ocorrência de danos físicos e materiais, não só em relação aos seus funcionários, como também, em relação aos funcionários da edificação onde se realizará a obra, e demais usuários.

Caberá à CONTRATADA a montagem e desmontagem de andaimes, caso necessário, assim como a responsabilidade pelo fechamento das áreas próximas ao local onde estiverem sendo executados os serviços, com tapumes ou lonas plásticas, visando não interferir nas demais atividades realizadas nas dependências do edifício.

## **VII - MATERIAIS**

O licitante deverá incluir em seus preços o FORNECIMENTO de todos os materiais necessários à execução e a INSTALAÇÃO dos serviços relacionados neste documento, nas peças gráficas (Plantas e afins) ou relacionados no orçamento.

Todos os materiais a serem utilizados serão novos, de primeira qualidade, resistentes e adequados à finalidade a que se destinam, sendo em caso de reformas devem ser utilizadas as marcas especificadas para fins de padronização dos materiais aplicados na edificação existente.

A FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério, solicitar as notas fiscais de aquisição de material, bem como solicitar a CONTRATADA a realização de testes, atestados, etc., dos materiais aplicados a fim de comprovar se os mesmos estão de acordo com as normas técnicas pertinentes e ao material especificado.

A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar uma vistoria em conjunto com o representante do fabricante, visando obter o melhor controle de qualidade possível dos serviços e produtos utilizados.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

### **VIII - MÃO DE OBRA**

Os serviços serão executados com mão de obra qualificada, com especialização para cada tipo de serviço.

A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO, antes do início das obras ou sempre que contratar um novo colaborador, a relação dos funcionários que irão prestar serviço no local, com os respectivos números de identidade (RG) e cadastros de pessoa física (CPF). Não será permitida a entrada de colaborador da CONTRATADA sem prévia autorização do setor de segurança do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Todos os funcionários da CONTRATADA deverão estar, necessariamente, com os respectivos crachás de identificação, bem como, uniforme completo com logomarca da empresa.

Para esta obra, os serviços deverão ser executados preferencialmente de 6h as 11h dos dias úteis, de forma que a execução do objeto impacte o mínimo possível nas atividades do Tribunal. Em relação aos serviços a serem executados na Área de Convivência do 3º Pavimento, estes serão executados somente no período noturno de 20h às 06h dos dias úteis.

Caso seja necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá requerer a CONTRATANTE paradas temporárias, parciais ou gerais de frentes de trabalhos sempre que o ruído ou outra externalidade da obra estejam impactando o funcionamento e as atividades do Tribunal.

### **IX - RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, DE ACORDO COM A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

Em caso de divergência de informações entre os documentos técnicos da Licitação, prevalecem na seguinte ordem o Termo de Referência sobre as peças gráficas (Plantas e afins), estas últimas sobre esta Especificação Técnica que por sua vez predomina sobre a Planilha Orçamentária e Cronograma.

A Especificação Técnica dos Serviços são apresentadas abaixo na mesma ordem dos itens da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro:

## **1. SERVIÇOS PRELIMINARES**

### **1.1 – Placa de Obra**

Deverá ser afixada a Placa de Obra produzida em lona, conforme o Padrão do TRF a ser disponibilizado pela FISCALIZAÇÃO, com informações do Contrato, em local a ser definido pela fiscalização com 2,00m de comprimento por 1,15m de altura. Esta fixação deverá ser feita antes do início da obra ou excepcionalmente na manhã do primeiro dia de obra.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Este serviço abrange o fornecimento e a fixação da Placa de Obra confeccionada em lona, proporcionando uma solução eficaz para a sinalização e identificação das informações do contrato e da obra. O objetivo principal é comunicar de forma clara e visível a natureza e status da obra, promovendo a segurança, informação aos transeuntes e atendendo ao princípio Constitucional da Publicidade dos Atos da Administração Pública.

O procedimento inicia-se com a escolha da lona de alta qualidade, resistente às condições climáticas e duradoura. A lona será personalizada de acordo com as informações relevantes da obra, conforme padrão a ser disponibilizado pela FISCALIZAÇÃO. A placa terá com 2,00m de comprimento por 1,15m de altura.

A fase de fixação envolve a instalação segura da placa de obra em locais estratégicos, garantindo visibilidade adequada e conformidade com as normas locais. Serão utilizados materiais de fixação resistentes e duráveis para assegurar a estabilidade da placa durante toda a duração da obra. O local de fixação da placa será definido pela FISCALIZAÇÃO, sendo que a Placa deve ser instalada até o primeiro dia de início da execução física do objeto.

### **1.2 – Proteção do Telhado e Equipamentos**

Deverão ser instaladas proteções sobre os equipamentos de refrigeração da edificação de forma a garantir a segurança dos mesmos. Deverá ser garantido altura mínima acima da altura do equipamento de 1,50 metros, de forma que a proteção não atrapalhe a troca de calor do equipamento com o ambiente.

Além disso, sobre os telhados dos vizinhos deverão ser colocadas proteção de chapa de madeira compensada de Pinus com espessura mínima o suficiente para garantir a proteção dos telhados durante a execução dos serviços.

### **1.3 - Mobilização de Obra**

A mobilização de obra refere-se ao conjunto de atividades e processos necessários para preparar e organizar um canteiro de obras antes do início efetivo da construção. Essa fase é crucial para garantir que todos os recursos e condições estejam em ordem para o andamento eficiente do projeto.

Deverão ser mobilizados todos os equipamentos e materiais necessários para a completa execução dos serviços, sendo organizado e planejado a montagem e ocupação do Canteiro de Obra.

### **1.4 – Remoção e Limpeza de Junta de Dilatação**

Deverá ser retirado o material de preenchimento da junta de dilatação existente entre o nosso prédio e os vizinhos número 1 (Rua da Quitanda, 184) e 4 (Rua Visconde de Inhauma, 64) que possuem paredes contínuas com a nossa edificação.

Após a retirada, a mesma deverá ser limpa com os produtos mais indicados para este material e tratados para posterior recolocação no local de origem.





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

### **1.5 – Proteção de Elevador - Fornecimento e Instalação**

A proteção de elevador é um serviço essencial em situações que envolvem mudanças, reformas e/ou movimentação de cargas no interior de edifícios. Este serviço visa preservar a integridade e estética do elevador utilizado durante o período em que podem estar sujeitos a condições adversas. Quando realizado, ele impedirá danos ao interior e aos revestimentos do elevador, proporcionando uma camada de segurança durante o transporte de material de obras, equipamentos e entulhos.

As paredes e o piso deverão ser protegidos com protetor de piso tipo salvapiso e com compensado resinado de 6mm. O protetor de piso deverá ser preso às paredes e ao piso com fita adesiva e posteriormente deverá ser coberto com compensado resinado com 6 mm de espessura. A instalação desses materiais de proteção deverá ser conduzida por profissionais qualificados, assegurando que o processo seja feito de maneira cuidadosa e sem comprometer o funcionamento do elevador.

Além de proteger contra danos físicos, o serviço também visa manter a estética do interior do elevador, evitando manchas, sujeira ou desgaste da área interna do mesmo. A proteção deverá ser mantida bem fixada e terá que ser substituída todas as vezes em que for danificada.

Após a conclusão das atividades que demandaram a proteção, a remoção dos materiais deverá ser realizada de forma cuidadosa, garantindo o descarte adequado e não efetuando danos ao elevador.

### **1.6 – Aplicação de Lona Plástica**

As lonas plásticas deverão ser instaladas em diversas áreas em que for necessária como a proteção de esquadrias das fachadas principais, telhados do próprio prédio e dos vizinhos.

Em relação a proteção dos equipamentos de ventilação, os mesmos devem ser cobertos por lona plástica apenas quando os mesmos estiverem desligados e forem executados serviços próximos aos mesmos. Essa proteção deverá ser retirada até às 09h da manhã, horário em que o sistema de ventilação do edifício é ativado.

É vetada a execução de serviços próximos aos equipamentos (fachada 4) nos horários que há o funcionamento do sistema (09h às 19h).

### **1.7 - Emissão de ART/RRT de Execução**

Deverá ser emitida e entregue a FISCALIZAÇÃO, antes da emissão da Ordem de Início da obra, a ART/RRT de execução registrada e devidamente quitada no respectivo Conselho do profissional que for responsável pela execução da obra.

Além disso se faz necessária a apresentação da ART do Projeto de Instalação dos Andaimes e da ART de execução da Fabricação, Instalação e Testes de Dispositivo de Ancoragem Tipo A1.

### **1.8 Proteção de Piso – Fornecimento e Instalação**

A proteção de piso é realizada com material protetor de piso tendo a marca de referência "salvapiso". Refere-se a um serviço que envolve o fornecimento e a



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

instalação de um material projetado para proteger o piso de danos durante as atividades da obra.

Este tipo de serviço será executado em áreas nas quais a integridade do piso deverá ser mantida, sendo a proteção temporária necessária para garantir que as atividades realizadas pela obra não causem danos permanentes ao ambiente.

Os locais a serem instalados serão nos caminhos que os materiais, equipamentos e entulhos realizarem durante as obras, desde o portão de entrada da edificação, passando por todos os corredores, cômodos e escadas até o local da obra, neste caso a cobertura. A área a ser instalada será definida em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, pois será necessário verificar as áreas e equipamentos que serão disponibilizados para a execução da obra.

A proteção deverá ser mantida bem fixada e substituída sempre que estiver danificada.

## **2. PREPARAÇÃO DOS ACESSOS AS FACHADAS**

### **2.1 A 2.11 – Transporte, Montagem e Locação de Andaimos**

Deverão ser alugados andaimes que sejam suficientes para a execução do serviço nas duas principais frente de obras, fachadas frontais e número 4 (empena com o vizinho da Visconde de Inhauma, número 64).

Os andaimes deverão ter capacidade de suportar o peso da bandeija de proteção com os materiais sobre a mesma, possuir altura mínima o suficiente para permitir o trânsito de pedestres sob o mesmo, bem como deve ser previstos vãos que permitam o acesso e a passagem das pessoas não obstruindo as entradas de edificação.

Os mesmos deverão ser retirados (carregados) na sede da empresa locadora do equipamento ou da CONTRATADA e transportados até o local da obra, onde devem ser devidamente descarregados para iniciar o processo de montagem.

O andaime deverá ser montado, conforme cronograma e projeto aprovado junto a FISCALIZAÇÃO, levando em consideração as etapas (fases) e o planejamento. A CONTRATADA deverá apresentar, após a ordem de início, um planejamento detalhado com as datas e fases de montagem, desmontagem e remanejamento dos pisos dos andaime ao longo das fachadas, permitindo assim que a administração se programe em relação as entradas do edifício, andamento dos trabalhos e detalhes similares.

Após a montagem do andaime fachadeiro na fachada frontal, o andaime instalado deverá permitir:

- A passagem de pedestres pela calçada durante o período em que não haverá atividades da obra;
- A passagem desimpedida das pessoas e equipamentos pelas portas das edificações;



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

- Não deve ser escorado as tubulações de andaime sobre as tampas das caixas de esgoto, telefonia e dados presentes na calçada,
- Sustentar de forma segura a bandeja de proteção a ser montada para proteção em caso de queda acidental de objetos;
- O trânsito facilitado dos trabalhadores e dos materiais de obras da calçada aos diversos níveis de trabalho da fachada.

Após a montagem na empena número 4, o andaime instalado deverá permitir:

- Deverá ser contornado os equipamentos de ar condicionado permitindo a utilização dos mesmos durante o horário habitual de funcionamentos de 09 às 19h. A altura mínima livre de qualquer obstrução durante o funcionamento do sistema deverá ser de 1,50m a partir do topo do equipamento;
- As bases do andaime abaixo do telhado deverá estar sobre superfície a ser previamente impermeabilizada com viaplast 7000 de forma que evitará problemas se houver percolação de água pelo tubo;
- Deverão ser efetuados furos no telhado de forma a permitir a passagem da tubulação do andaime, sendo que estes furos serão impermeabilizados por manta aluminizada durante a execução da obra, sendo as telhas substituídas após a finalização dos serviços;
- Terão que ser fornecidos ao menos 2 pisos de trabalho simultâneos ao longo de todo o andaime permitindo o fácil deslocamento e execução dos serviços ao longo da empena.

Depois da execução de todos os serviços na fachada, o andaime deverá ser desmontados para ser desmobilizados.

A utilização da bandeja de proteção contribuirá para a prevenção de acidentes e para a organização do canteiro de obras, mantendo o local limpo e seguro. Além disso, evita a queda de materiais e detritos, reduzindo o risco de danos a pessoas e objetos que possam estar na área inferior ao andaime.

O serviço envolve a instalação da bandeja de proteção sobre o andaime montado de forma adequada e segura. A bandeja de proteção deve ser posicionada sobre o andaime, em altura mínima de 3,00m, permitindo assim que a mesma colete os resíduos, fragmento e detritos durante o trabalho, evitando que esses materiais atinjam a calçada ou áreas de circulação abaixo do andaime.

A bandeja deve possuir ao menos 2,50 metros de largura na horizontal e na extremidade com uma inclinação de 45 graus e 0,80 metros de largura. Essa inclinação ajuda a direcionar os resíduos para dentro da bandeja, garantindo maior eficiência na coleta.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**



Figura 1 – Exemplo de Bandeja de Proteção montada sobre andaimes

A superfície da bandeja deve ser revestida com uma chapa plastificada de 18mm de espessura. Esse revestimento confere maior resistência à bandeja e a torna mais durável, permitindo que ela suporte o peso dos resíduos coletados e outros impactos causados durante o trabalho.

A mesma poderá ser desmontada parcialmente conforme a execução dos serviços, assim como os andaimes. Na ponta da bandeja deverá ser fixada a tela de andaime fachadeiro.

### **2.12 – Colocação de Tela em Andaime Fachadeiro**

Deverá ser colocado tela fachadeira ao longo dos andaimes de forma a promover a segurança coletiva, pois, em caso de projeção do material, os mesmos serão direcionados pela tela para a bandeja de proteção instalada. Os materiais a serem utilizados nestes serviços serão:

- Tela fachadeira em polietileno, rolo 3x100m (l x c), cor branca, sem logomarca - para proteção de obras;
- Abraçadeira de nylon para amarração de cabos, comprimento de 200 x \*4,6\* mm.

A tela deverá envolver todo a área externa do andaime, ou seja, a área frontal e as duas laterais. A metodologia de execução será a seguinte:

- Fixar as telas nos pontos máximos dos andaimes instalados;
- Descer os rolos de tela por toda a extensão do andaime;
- Fixar as telas diretamente nas extremidades do andaime através de abraçadeiras de nylon;
- Executar as costuras entre os módulos de tela através de abraçadeiras de nylon.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

**2.13 e 2.14 – Fabricação, Instalação e Testes de Dispositivo de Ancoragem Tipo A1**

Deverão ser instalados, conforme necessidade das obras e aprovação do respectivo Projeto Executivo e dos serviços os pontos de ancoragem do Tipo A1, em Aço Inox 316, incluindo a ancoragem estrutural com transpasse através de placas metálicas com pintura eletrostática ou chumbador químico, incluindo teste de arrancamento de acordo com projeto executivo e conforme as normas NR-18, NR-35 e ABNT 16.325/2014.

O sistema de ancoragem deve ser executado conforme o projeto realizado e com base nas normas supracitadas. Quanto ao dispositivo de ancoragem, devem ser tomadas as seguintes providências:

- Ser selecionado por profissional legalmente habilitado;
- Ser inspecionado quanto à integridade antes da sua utilização;
- Realizar teste de arrancamento estático, utilizando macaco hidráulico ou dinamômetro, com carga de pelo menos 1500 kgf;
- Ser constituído de aço inox 316 de modo a aumentar sua resistência a corrosão;
- Os novos pontos de ancoragem devem ser multidirecional giratório para acompanhar os movimentos da corda ou do aparelho a ser fixado no dispositivo de ancoragem. (Marca de referência: Bonier. Modelo: AncoProX)

A ancoragem deve apresentar na sua estrutura, em caracteres indelévels e bem visíveis:

- Razão social do fabricante e o seu CNPJ;
- Indicação da carga que resiste;
- Material da qual é constituído e número de fabricação/série.

Está incluso o ensaio de inspeção inicial de instalação, que seguirão as determinações do fabricante. Os pontos ensaiados serão identificados com etiquetas informando, no mínimo, a data de ensaio, a capacidade do ponto de ancoragem e a empresa responsável.

A fixação do ponto de ancoragem será feita através de chumbador químico com barra roscada, porca e arruela em aço inox 316, devido a sua maior resistência à corrosão. Para garantir a execução correta do serviço, deve-se seguir os seguintes procedimentos:

- Fazer o furo de ancoragem com a boca de diâmetro e profundidade necessárias;
- Limpar o furo passando duas vezes o jato de ar com auxílio de uma bomba de ar manual;
- Limpar o furo duas vezes utilizando uma escova de nylon de modo a garantir a aderência do material com o substrato;
- Aplicar novamente duas vezes o jato de ar com auxílio de uma bomba de ar manual;



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

- Aplicar a resina química com o auxílio de uma pistola aplicadora e bico misturador. Antes de utilizar o produto, deve-se certificar que a mistura está homogênea;
- Inserir a barra rosca de aço inox 316 girando-a lentamente até que se encoste no fundo do furo;
- Aguardar a cura do material de acordo com as especificações técnicas do fabricante.

Devido a quantidade de furos, é recomendável a prévia preparação dos mesmos (limpeza e posicionamento dos elementos de montagem) garantindo assim a aplicação do chumbador em sequência, economizando o número de bicos misturadores utilizados.

Além disso, os pontos instalados atualmente deverão ser recertificados, ou seja, deverão ser executados testes de arrancamento conforme as normas supracitadas, sendo que os eventuais reprovados deverão ser retirados e colocados novos pontos de ancoragem.

Deverão ser apresentados antes da execução dos novos furos o Projeto de Ancoragem e a respectiva ART, bem como da recertificação.

## **2.15 – Escoramento Metálico de Estrutura de Concreto Armado**

Deverá ser feito escoramento metálico da laje junto a empena 4. O escoramento consistirá em um sistema provisório de suporte ao peso dos andaimes sobre a laje, composto por peças metálicas moduladas, como torres, escoras telescópicas e vigas metálicas, destinadas a suportar cargas até que o andaime seja desmontado.

A execução deste serviço deve atender às normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 15696 – Formas e escoramentos para estruturas de concreto, a ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento, além das regulamentações de segurança, como a NR 18 e a NR 35.

Os materiais empregados devem ser certificados e estar em boas condições de uso, incluindo escoras telescópicas reguláveis, torres de escoramento metálicas, vigas metálicas auxiliares, painéis metálicos modulares e elementos de fixação, como cunhas e travessas.

A montagem do escoramento deve ser realizada posicionando as bases niveladas e ajustáveis sobre uma superfície firme, instalando as torres e escoras telescópicas conforme projeto, fixando as vigas metálicas nas escoras para distribuição uniforme das cargas. A desmontagem deve ser realizada com o devido cuidado quando após a desmontagem dos andaimes. O valor previsto em planilha inclui o aluguel por 3 meses, montagem, desmontagem e transporte manual do material para fazer o escoramento.





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

### **3. DEMOLIÇÕES, RETIRADAS, LIMPEZA E PREPARAÇÃO DO SUBSTRATO**

Em conformidade com a Lei N.º 12.305 de 02/08/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos em vigor desde 03/08/2010, e a Resolução CONAMA n.º 307 de 05/07/2002 que trata das diretrizes, critérios e procedimentos para Gestão de Resíduos da Construção Civil, em vigor desde 02/02/2003, fica estabelecido que a CONTRATADA deverá efetuar o descarte de resíduos resultantes da obra em áreas estabelecidas pela Prefeitura do Município, de acordo com o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Todo material originário de demolição, limpeza, remoção e escavação sem reutilização nos serviços deverão ser encaminhados para área de aterros sanitários licenciados junto a Prefeitura Municipal.

Para o acondicionamento dos resíduos e seu respectivo transporte deverão ser utilizadas caçambas estacionárias removíveis, transportáveis por poliguindastes, cobertas com lona, de acordo com o regulamento em vigor.

A geradora do resíduo deverá ter autorização ambiental — AA para dispor seus resíduos de forma adequada. Todos os custos necessários à autorização correrão por conta da CONTRATADA.

Para efetuar o transporte e o descarte dos resíduos oriundos do processo de construção ou reforma, a CONTRATADA deverá dispor ou subcontratar empresas licenciadas para a prestação específica destes serviços junto aos órgãos competentes.

Os resíduos deverão ser encaminhados a áreas específicas conforme orientação e regulamentação das Leis Municipais, sendo obrigatória a apresentação do tíquete de pesagem a FISCALIZAÇÃO da obra, como comprovação da correta destinação final dos resíduos.

#### **3.1 – Limpeza utilizando Jato de Alta com Pressão e Solução Limpadora com Detergente Desengordurante**

Deverão ser limpas com jato de alta pressão de solução limpadoras todas as áreas que serão submetidas a novos serviços, como as fachadas e áreas e lajes que serão trocadas os revestimentos e a impermeabilização.

Este serviço deverá ser executado quantas vezes forem necessárias, principalmente na Fachada Frontal que poderá vir a receber pintura sobre as novas pastilhas, conforme critério da fiscalização.

#### **3.2 – Demolição de Revestimento Cerâmico sem reaproveitamento**

Deverá ser realizada a demolição do revestimento em pastilhas cerâmicas que estejam soltos ou ociosos, conforme constatado em inspeção por percussão efetuada pela CONTRATADA.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Ao ser iniciado o serviço, será fornecido a CONTRATADA um mapa de danos que deverá ser atualizado, se necessário, com as indicações dos locais necessários de remoção das pastilhas e substituição por novas.

O serviço deverá ser realizado de forma manual, cuidadosa, de forma a retirar e demolir somente o mínimo necessário para garantir a segurança e a integridade da fachada.

### **3.3 – Demolição de Revestimento Cerâmico sem reaproveitamento**

Deverá ser realizada a demolição do revestimento em argamassa de cimento e areia nos locais necessários, na platibanda da fachada frontal e nas paredes existentes na cobertura que necessitam de reparo nos revestimentos.

Antes de iniciar, avalie minuciosamente o tipo de revestimento e a condição da parede/piso. Deverá ser protegidas as áreas adjacentes como pisos, telhados e equipamentos para evitar danos durante a execução.

Devem ser removidos os acessórios da parede, se for o caso, como interruptores elétricos e tomadas, para facilitar a demolição, utilizando ferramentas apropriadas, como martelos e/ou talhadeiras, conforme necessário. Cuidados adicionais devem ser tomados para não demolir áreas que não sejam necessárias e nem causar danos ao entorno.

### **3.4 – Chapisco Aplicado em Alvenaria**

O chapisco deverá ser aplicado sobre superfícies perfeitamente limpas e molhadas, isentas de pó, gordura, etc. não devendo haver uniformidade na chapiscagem. O chapisco deverá ser curado, mantendo-se úmido pelo menos, durante as primeiras 12(doze) horas.

A aplicação de argamassa sobre o chapisco só poderá ser iniciada 24 (vinte e quatro) horas após o término da aplicação do mesmo.

### **3.5 – Proteção Mecânica de Superfície Vertical - Emboço**

O material a ser utilizado será a argamassa industrializada, Marca de Referência: Argamassa Massa Pronta Interno e Externo 20kg Cinza Votomassa Votorantim, com 25 mm de espessura. O emboço deverá ser aplicado sobre superfície chapiscada, depois da completa pega da argamassa do chapisco. Esse emboço será estruturado com tela de arame galvanizada/zincada para alvenaria, fio 1,24 MM, malha 25 x 25mm.

A argamassa de emboço deverá ser espalhada, sarrafeada e comprimida fortemente contra a superfície a revestir, devendo ficar perfeitamente nivelada, alinhada e respeitando a espessura indicada. Em seguida, a superfície deverá ser regularizada com auxílio de régua de alumínio apoiada em guias e mestras, de maneira a corrigir eventuais depressões.

O tratamento final do emboço deverá ser feito com desempenadeira, de tal modo que, a superfície apresente paramento devido para facilitar a aderência dos revestimentos previstos em projeto.





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Nas alvenarias cujo acabamento final será em revestimento cerâmico, o emboço deverá ter acabamento perfeito, sem defeitos para que os mesmos não sejam repassados para o revestimento.

O emboço deverá permanecer devidamente úmido, pelo menos, durante as primeiras 48 horas. As aplicações dos revestimentos sobre as superfícies emboçadas só poderão ser efetuadas 72 horas após o término da execução do emboço.

### **3.6 – Reparo de Fissuras com Selante Acrílico, Duas Aplicações**

O serviço consiste na execução do reparo de fissuras utilizando selante acrílico, Produto de Referência: Sela Trinca Vedacit, com a aplicação de duas demãos para garantir a vedação eficiente e a durabilidade do acabamento. Inicialmente, a fissura deve ser inspecionada para avaliar sua extensão e profundidade, garantindo que seja um problema superficial e adequado para esse tipo de tratamento. Em seguida, procede-se à limpeza da área, removendo poeira, partículas soltas e eventuais contaminantes que possam comprometer a aderência do selante. Se necessário, a fissura deve ser ligeiramente alargada para melhorar a penetração do material.

A primeira aplicação do selante acrílico deve ser realizada com espátula ou pistola aplicadora, garantindo o preenchimento completo da fissura. Após a secagem da primeira camada, respeitando o tempo recomendado pelo fabricante, aplica-se a segunda demão, nivelando a superfície e proporcionando um acabamento homogêneo. Para finalizar, a área pode ser lixada levemente para adequação à textura da superfície e preparada para a pintura, caso necessário.

O serviço será considerado adequado caso a fissura esteja completamente preenchida e nivelada, sem retrações ou falhas no acabamento, garantindo a integração estética e funcional com o restante da superfície.

### **3.7 – Remoção de Impermeabilização de Manta Asfáltica**

Deverão ser removidas as mantas de impermeabilização atualmente instaladas sobre as lajes que serão substituídas e nas áreas junto aos telhados dos vizinhos colocados de forma improvisada.

### **3.8 a 3.10 – Remoção, adaptação e recolocação de Telhas de Fibrocimento durante a montagem do andaime e sistemas de impermeabilização temporários**

Durante a montagem do andaime ao longo da fachada número 4 (vizinho da Rua Visconde de Inhauma) poderá ser necessário a retirada de telhas do telhamento junto a empena com posterior recolocação.

Deverão ser efetuados tantos furos quanto sejam necessários para a passagem dos tubos de sustentação do andaime na região em que há telhado do prédio da Visconde de Inhauma.

Todos os furos deverão ser tratados com manta asfáltica adesiva de forma a não permitir a percolação da água sobre o mesmo até a laje. Este serviço é uma situação provisória, sendo que quando for desmontado o andaime as telhas com furos serão substituídas por telhas novas.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

### **3.11 - Impermeabilização com Três Demãos Cruzadas de Revestimento Impermeabilizante**

Juntamente com as especificações dos materiais, deverão ser obedecidos os critérios básicos para execução dos serviços, conforme estabelecido no item Generalidades deste caderno, e cumpridas todas as normas da ABNT, pertinentes ao assunto, em especial a NBR 9574 Execução de impermeabilização. A forma de aplicação deve seguir as recomendações dos fabricantes de cada produto utilizado.

A impermeabilização com três demãos cruzadas de revestimento impermeabilizante flexível, do tipo bicomponente Viaplus 7000, será aplicada nas áreas sob os telhados retirados, furados ou quebrados, com o objetivo de proteger a estrutura contra danos causados pela água durante a obra. Na primeira camada, será estruturado com véu de poliéster, reforçando a resistência e evitando infiltrações enquanto o telhado estiver exposto durante o processo de troca. No perímetro deverá ser executado uma fiada de blocos de maneira a limitar o espaço que a água possa se espalhar.

Cada demão será aplicada de forma cruzada, garantindo uma cobertura completa e uniforme, e o tempo de cura entre as camadas será respeitado para assegurar a máxima aderência e eficiência do sistema. O véu de poliéster na primeira camada proporciona maior durabilidade, evitando fissuras e protegendo as lajes contra a ação da água.

Essa solução de impermeabilização temporária e de alta performance é crucial para evitar infiltrações e proteger as estruturas durante o período de exposição às intempéries, garantindo que o processo de troca das telhas não cause danos à laje ou comprometa a impermeabilidade dos prédios. Todos os materiais utilizados e os procedimentos adotados seguem as normas técnicas, assegurando a qualidade e eficácia do serviço.

## **4. RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL**

Nos panos de laje, vigas ou outros elementos estruturais, onde houver furos desnecessários, patologias ou ferragens expostas deverão ser realizadas recuperações estruturais.

### **4.1 – Escarificação manual, corte de concreto até 3cm de profundidade;**

A superfície de concreto a ser recuperada deve estar resistente, rugosa, limpa e isenta de partículas soltas, pintura ou óleos que impeçam a aderência da argamassa polimérica ou grout a ser utilizado na recuperação.

Apicoar e eliminar todas as áreas deterioradas e não aderidas, formando arestas retas. Retirar o concreto em volta das armaduras corroídas, deixando no mínimo 2 cm livres em seu contorno.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

**4.2 – Reforço estrutural com emenda por transpasse para reconstituição de seção de armadura;**

Caso a armadura esteja muito deteriorada, com perda de seção superior a 20%, realizar a troca fazendo o transpasse respeitando o especificado na NBR 6118/14.

**4.3 – Lixamento elétrico de armadura com escova circular;**

Caso a armadura esteja com uma agressão apenas superficial, remover a ferrugem com lixadeira elétrica com escova circular;

**4.4 – Revestimento polimérico Anticorrosivo para proteção de armaduras;**

Após a recomposição da armadura (se for necessário) e do lixamento elétrico, proceder a pintura de todo o perímetro da barra de aço com inibidor de corrosão do tipo revestimento polimérico anticorrosivo, ARMATEC 108, marca de referência SIKA.

**4.5 – Recuperação estrutural com argamassa polimérica;**

Para espessuras de recuperação iguais ou inferiores a 3 cm a recuperação poderá ser feita com argamassa polimérica para reparo estrutural;

Deverão ser seguidas todas as orientações previstas na ficha técnica do produto como por exemplo a necessidade de execução de ponte de aderência e espessura máximas entre camadas a serem aplicadas;

Aplicar a argamassa polimérica para reparo estrutural com a colher de pedreiro ou mesmo com as mãos protegidas com luvas;

Realizar o adensamento e a regularização com régua de madeira ou alumínio;

Realizar o acabamento final com desempenadeira e espuma;

Realizar a cura química.

**4.6 – Graute pré-fabricado, tipo graute rápido;**

Para espessuras de recuperação superiores a 3 cm utilizar graute, seguir as recomendações para recuperação do concreto, no entanto deverá ser montada uma forma de madeira que permita o lançamento do produto;

Realizar a cura química após a desforma.

**4.7 – Aplicação de Agente de Cura aplicado nas áreas de recuperação estrutural;**

Nas áreas que forem executados serviços de recuperação estrutural deverá ser aplicado agente de cura conforme as recomendações do fabricante.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Agente de cura: Fabricante Vedacit, produto: CURING ou similar aprovado pela fiscalização;

## **5. RECUPERAÇÃO DO REVESTIMENTO DE PASTILHA CERÂMICA**

### **5.1 – Inspeção de Revestimento por Percussão;**

O serviço consiste na inspeção de revestimento por percussão, um procedimento técnico destinado à identificação de falhas de aderência, descolamentos ou regiões ocas em revestimentos de argamassa, cerâmica ou outros materiais aplicados em superfícies verticais e horizontais.

A inspeção é realizada por meio da percussão manual com um instrumento adequado, como uma haste metálica, martelo de borracha ou outro dispositivo similar, permitindo avaliar a sonoridade da superfície. Áreas com falhas de aderência apresentam um som cavo ou diferenciado em relação às áreas com revestimento bem fixado.

Antes da execução, a área a ser inspecionada deve estar seca, limpa e livre de interferências que possam comprometer a precisão da análise. O processo deve ser realizado de forma sistemática, cobrindo toda a superfície e registrando os pontos com indícios de descolamento para posterior intervenção corretiva. Em casos necessários, pode-se utilizar marcações para sinalização das áreas comprometidas.

O serviço será considerado adequado caso a inspeção seja realizada de maneira uniforme e detalhada, identificando com precisão as falhas existentes e gerando um relatório ou registro das áreas afetadas, permitindo a definição das ações corretivas necessárias.

### **5.2 – Revestimento Cerâmico em Pastilhas de Porcelana;**

O serviço consiste na execução de revestimento cerâmico em paredes externas com pastilhas de porcelana no formato de 2,5 x 2,5 cm, assentadas em placas de 30 x 30 cm, garantindo acabamento alinhado a prumo, resistência e durabilidade frente às condições climáticas. Inicialmente, a superfície deve ser preparada, garantindo que esteja limpa, regularizada e livre de partículas soltas, óleo ou poeira, além de possuir aderência adequada para o assentamento.

A escolha da pastilha deverá passar por prévia autorização da FISCALIZAÇÃO, pois se trata da recomposição de parte da fachada, portanto deve ser buscada pastilhas



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

com coloração e formato próximas as instaladas na fachada atualmente. As novas pastilhas inseridas devem ser fabricadas com uma cor similar à encontrada no prédio, considerando a mudança de cor com envelhecimento das pastilhas, de modo que não exista um contraste de cor muito grande entre as pastilhas novas e as pastilhas antigas.

Antes da aplicação das pastilhas, uma amostra da pastilha utilizada deve ser levada à fiscalização para avaliação. As pastilhas de porcelana devem possuir elevada resistência a ataques químicos, alta dureza, baixo índice de absorção de água (inferior a 0,5%) e classe de remoção de manchas 4 ou 5.

O assentamento das placas deve ser realizado com argamassa colante apropriada para revestimentos externos, conforme a NBR 14.081, garantindo boa fixação e resistência mecânica. A aplicação da argamassa deve ser feita com desempenadeira dentada, respeitando o tempo aberto do material e garantindo a ancoragem das placas. O alinhamento deve ser rigorosamente controlado, utilizando espaçadores para assegurar a uniformidade das juntas e mantendo a prumada correta em toda a superfície.

Após a fixação das pastilhas e o tempo de cura adequado, realiza-se o rejuntamento com argamassa específica para áreas externas, resistente à umidade e variações térmicas, garantindo preenchimento uniforme e sem falhas. O acabamento inclui a limpeza da superfície para remoção de resíduos de rejunte e argamassa, deixando o revestimento com aspecto final adequado.

O serviço será considerado adequado caso o revestimento esteja perfeitamente alinhado e nivelado, sem desalinhamentos ou falhas no rejuntamento, garantindo aderência total das placas e acabamento estético uniforme, conforme as especificações do projeto.

### **5.3 – Rejuntamento das Pastilhas de Porcelana;**

O serviço consiste na execução do rejuntamento de revestimento de pastilhas cerâmicas no formato de 2,5 x 2,5 cm utilizando rejunte cimentício, garantindo o preenchimento adequado das juntas, resistência à umidade e um acabamento uniforme. Inicialmente, a superfície das pastilhas deve estar completamente limpa, livre de poeira, resíduos de argamassa colante e outros contaminantes que possam comprometer a aderência do rejunte.

O rejunte cimentício deve ser preparado conforme as recomendações do fabricante, garantindo uma mistura homogênea e com a consistência adequada para aplicação. O material deve ser espalhado sobre a superfície com o auxílio de um desempenador de borracha, pressionando-o nas juntas para garantir seu completo preenchimento, evitando falhas ou bolhas de ar.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Após a aplicação, o excesso de rejunte deve ser removido com uma esponja úmida antes do início da secagem, tomando cuidado para não comprometer o preenchimento das juntas. Depois da cura do material, a limpeza final da superfície é realizada para remoção de resíduos e obtenção do acabamento adequado.

O serviço será considerado adequado caso todas as juntas estejam completamente preenchidas, sem falhas, retrações ou desprendimentos, e a superfície das pastilhas esteja limpa e sem manchas de rejunte, garantindo um acabamento estético e funcional conforme as especificações do projeto.

#### **5.4 – Aplicação de Silicone Externo nas Esquadrias;**

O serviço consiste na aplicação de silicone na esquadria, utilizando selante de silicone para garantir a vedação adequada contra infiltrações e a proteção contra intempéries, incluindo a remoção da vedação existente. Inicialmente, deve-se remover a vedação antiga totalmente com ferramentas adequadas, como estiletes ou raspadores, garantindo que não fiquem resíduos que possam comprometer a aderência do novo selante.

Após a remoção, a superfície deve ser limpa e desengordurada com solvente adequado, assegurando que esteja completamente seca antes da aplicação do novo selante. O selante de silicone deve ser aplicado com pistola aplicadora, preenchendo uniformemente toda a junta entre a esquadria e a alvenaria, garantindo uma vedação contínua e sem falhas. Em seguida, realiza-se o acabamento com espátula ou dedo umedecido em solução apropriada, garantindo um acabamento uniforme e bem aderido às superfícies.

O serviço será considerado adequado caso toda a vedação esteja uniforme, sem falhas, bolhas ou descontinuidades, garantindo total aderência às superfícies e proporcionando estanqueidade eficiente.

#### **5.5 – Aplicação de Pintura com tinta epóxi acetinado;**

O serviço consiste na pintura de revestimento em pastilhas utilizando tinta Suvinil Multissuperfície, aplicada manualmente com no mínimo duas demãos, garantindo cobertura uniforme, aderência adequada e durabilidade da pintura.

Inicialmente, a superfície deve ser preparada por meio de limpeza completa com solução de água e detergente, removendo poeira, gordura, mofo ou qualquer resíduo que possa comprometer a fixação da tinta.

A aplicação da tinta deve ser feita com rolo de espuma, trincha ou pistola, conforme a recomendação do fabricante, garantindo que cada demão seja aplicada de



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

maneira homogênea. Entre cada demão, deve-se respeitar o tempo de secagem indicado pelo fabricante para evitar falhas ou acúmulo excessivo de material.

O serviço será considerado adequado caso a pintura apresente acabamento uniforme, sem falhas, escorrimientos ou manchas, garantindo total cobertura das pastilhas e mantendo a resistência necessária para uso em áreas externas ou internas, conforme as especificações do projeto.

Este serviço só deverá ser executado após autorização da FISCALIZAÇÃO, pois as fachadas passarão por análise visual prévia para verificar se haverá a necessidade de pintura para uniformizar as características visuais.

## **6. PINTURAS DAS EMPENAS E DEMAIS SUPERFÍCIES**

Todas as superfícies a serem pintadas deverão estar secas e deverão ter sido objeto de exame minucioso, limpeza e retoques, sendo preparadas para o recebimento do tipo de pintura prevista. O preparo de superfície deverá ser feito conforme ABNT NBR 13.245. Deverão ser observadas as prescrições dos fabricantes para o aparelhamento das superfícies, preparo e aplicação das tintas, sendo vedada a utilização de quaisquer substâncias em desacordo com aquelas especificadas.

Deverão ser evitados escorrimientos e salpicos nas superfícies não destinadas à pintura. Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a pintura estiver fresca, empregando-se removedor adequado.

Todas as superfícies a pintar deverão estar secas e deverão ter sido objeto de exame minucioso, limpeza e retoques que as preparem para o recebimento do tipo de pintura previsto. Todas as superfícies a ser pintada deverá estar completamente limpa, isenta de gorduras, umidade, ferrugem, incrustações, produtos químicos diversos, pingos de solda, carepa de laminação, furos, etc.

Toda pintura será executada em tantas demãos quantas forem necessárias a um perfeito acabamento. Cada demão somente será aplicada quando a precedente estiver completamente seca. Igual cuidado deverá ser tomado entre uma demão de tinta e a massa, obedecendo-se um intervalo mínimo de 24 horas após cada demão de massa. Toda vez que uma superfície tiver sido lixada, esta deverá ser cuidadosamente limpa com escova e pano para remover todo o pó, antes da aplicação da demão seguinte.

Após o lixamento deverá ser efetuada vistoria com lanterna ou lâmpada com foco voltado para a superfície acabada, para verificação da planicidade e da presença de furos, buracos e outras imperfeições. Detectadas imperfeições, deverão ser procedidos novo emassamento e novo lixamento das regiões defeituosas sucessivamente, até o saneamento das imperfeições.





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Toda a superfície pintada deverá apresentar, quando concluída, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho. Serão empregadas, exclusivamente, tintas já preparadas em fábrica, entregues na obra com sua embalagem original intacta de material premium de marcas reconhecidas no mercado pela sua qualidade.

### **6.1 – Aplicação Manual de Fundo Selador**

Material: Selador acrílico paredes externas – resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico utilizado para uniformizar a absorção e selar as superfícies internas como alvenaria, reboco, concreto e gesso.

O fundo selador acrílico tem como finalidade preparar a superfície para receber o acabamento final, proporcionando aderência adequada à pintura e evitando a absorção excessiva de tinta pela base.

A aplicação será realizada manualmente, garantindo uma cobertura homogênea e completa nas partes que houveram demolição de revestimento de paredes na Área de Convivência. O fundo selador acrílico será aplicado com cuidado, assegurando uma camada uniforme sobre a superfície preparada.

As etapas de execução podem ser resumidas da seguinte forma:

- Limpeza da superfície: efetuar a limpeza da área a ser aplicada o selador, estando a mesma seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação;
- Diluir o selador no diluente, conforme orientações do fabricante;
- Aplicar uma demão de fundo selador com rolo de lã.

Deverão ser seguidas todas as orientações do fabricante do selador, garantido a perfeita aplicação do mesmo sobre a argamassa efetuada. Deve ser respeitada o tempo de cura da argamassa, assim como, para prosseguimento do serviço, o tempo de secagem do selador.

### **6.2 – Aplicação de Massa Acrílica**

A aplicação da massa acrílica será realizada manualmente, com duas demãos, nas paredes e empenas, garantindo uma cobertura homogênea e completa na região da intervenção.

As etapas de execução podem ser resumidas da seguinte forma:

- Limpeza da superfície: efetuar a limpeza da área a ser aplicada o selador, estando a mesma seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação;
- Diluir o selador em água potável, conforme orientações do fabricante;
- Aplicar uma demão de fundo selador com rolo de lã;
- Aplicação da primeira demão de massa acrílica, conforme especificação do fabricante, respeitando o intervalo mínimo desde a aplicação do selador;





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Deverão ser seguidas todas as orientações do fabricante da massa, garantido a perfeita aplicação da mesma sobre a superfície selada.

### **6.3 – Aplicação Manual de Pintura com Tinta com Resina Acrílica Elastomérica**

Realizar a aplicação manual de pintura com Resina Acrílica Elastomérica, com aditivos impermeabilizantes, Marca de Referência: Suvinil – Tinta Fachada Protegida Emborrachada, cor conforme definido pela FISCALIZAÇÃO, nas empenas e paredes determinadas, seguindo as instruções do fabricante do produto, com no mínimo três demão de acabamento. Devem ser utilizadas as ferramentas adequadas para garantir uma aplicação uniforme e esteticamente atraente e proteger as áreas adjacentes para prevenir respingos e danos durante o processo.

As superfícies devem ser preparadas para receber a pintura, assegurando que estejam limpas e em condições apropriadas, efetuando eventuais reparos ou nivelamentos conforme necessário. Durante a aplicação, mantenha na consistência desejada, evitando irregularidades.

Os detalhes devem ser observados e assegurados de que a textura esteja uniformemente distribuída. Além disso, carece de ser respeitado o tempo adequado para secagem, conforme recomendado pelo fabricante e realizar inspeções pós-aplicação para garantir a qualidade do trabalho, efetuando os acertos conforme necessário.

Por fim, há a necessidade de certificar que as áreas adjacentes estejam limpas e livres de qualquer vestígio do processo de aplicação, fazendo limpeza e reparos sempre que necessários.

### **6.4 – Rufo Externo em Chapa de Alumínio**

O serviço consiste no fornecimento e instalação de rufo externo em chapa de alumínio natural, com largura de corte de 80 cm, para vedação e proteção de encontros nas alvenarias da platibanda das fachadas frontais, prevenindo infiltrações e garantindo a durabilidade da edificação.

O material utilizado deve ser chapa de alumínio natural com espessura mínima de 0,4 mm, conforme a NBR 14.125, além de parafusos ou rebites de fixação em aço inoxidável ou alumínio, resistentes à corrosão, e selante elastomérico de alto desempenho para vedação complementar, conforme a NBR 16.622.

A execução deve iniciar com a preparação da superfície, garantindo a limpeza e regularização do local onde o rufo será instalado, proporcionando perfeita aderência e fixação. Em seguida, realiza-se o corte e dobra da chapa de alumínio conforme dimensões especificadas em projeto, com dobras que assegurem o escoamento adequado da água, conforme o exemplo da Figura 1.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

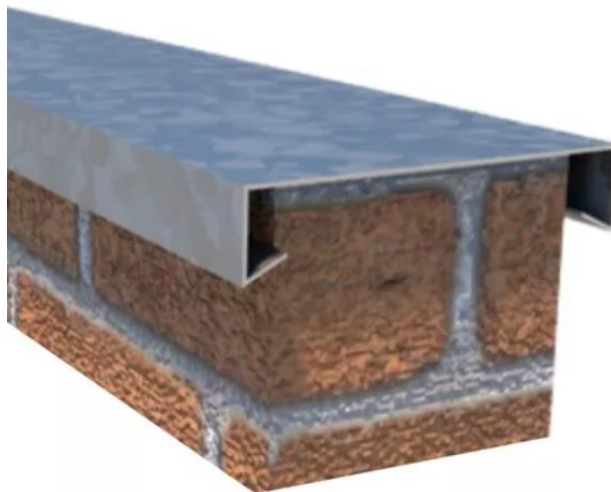


Figura 1 - Figura esquemática do rufo a ser instalado com pingadeiras em ambos lados

A fixação superior deve ser feita com parafusos ou rebites espaçados regularmente a cada 30 cm, aplicando-se selante elastomérico nas junções e pontos críticos para garantir estanqueidade, além de sobreposição mínima de 5 cm entre peças para evitar infiltrações.

O acabamento deve incluir a remoção de resíduos metálicos e o tratamento das bordas para evitar rebarbas e irregularidades. O serviço será aceito caso a fixação esteja firme, sem folgas ou desalinhamentos, a vedação seja eficiente e sem frestas visíveis, o acabamento da chapa esteja livre de amassados ou defeitos e o alinhamento estético esteja conforme o padrão do projeto.

#### **6.5 – Tratamento de Junta Serrada**

O serviço consiste na execução do tratamento de junta serrada, utilizando tarugo de polietileno e aplicação de selante à base de silicone, marca DOWSIL CPS, cor cinza, garantindo a vedação adequada e a acomodação de movimentações da estrutura.

Inicialmente, a junta deve ser limpa e isenta de poeira, resíduos ou umidade, assegurando a aderência dos materiais. O tarugo de polietileno, de seção compatível com a largura da junta, deve ser posicionado no fundo da cavidade, funcionando como limitador de profundidade e evitando a aderência do selante às três faces da junta.

Em seguida, aplica-se o selante à base de silicone, conforme as especificações do fabricante, preenchendo completamente o espaço e proporcionando vedação elástica e durável. O acabamento deve ser realizado com espátula apropriada, garantindo superfície lisa e nivelada.

O serviço será considerado adequado caso o selante esteja devidamente aderido às laterais da junta, sem falhas ou bolhas, o tarugo esteja corretamente posicionado e não visível na superfície, e o acabamento esteja uniforme e sem depressões.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

## **7. IMPERMEABILIZAÇÃO**

### **Impermeabilização de Superfície com Manta Asfáltica Alumínio** **Condições gerais:**

Juntamente com as especificações dos materiais, deverão ser obedecidos os critérios básicos para execução dos serviços, conforme estabelecido neste caderno, e cumpridas todas as normas da ABNT, pertinentes ao assunto, em especial a NBR 9.574 Execução de impermeabilização. A forma de aplicação deve seguir as recomendações dos fabricantes de cada produto utilizado.

#### **Processos Preliminares:**

Efetuar a demolição da argamassa de proteção (quando existentes) e retirar a manta a ser substituída. Executar limpeza das áreas utilizando vassoura. As superfícies deverão estar limpas, secas e isentas de partículas soltas.

Se necessário, deverá ser construída uma nova camada de regularização para a colocação da manta de impermeabilização.

#### **Processo de impermeabilização:**

I – Sobre o substrato pode ser necessário a execução de camada de regularização de argamassa de cimento e areia traço 1:3;

II - Deverá ser controlada a granulometria da areia para que a manta não seja danificada por pedriscos ou areias de maior diâmetro. A areia deverá possuir módulo de finura (MF) inferior a 2,4 (areia fina). A fiscalização poderá exigir eventualmente ensaio para verificação da granulometria caso considere a areia fornecida imprópria;

III – Promover a hidratação da argamassa para evitar fissuras de retração de destacamento;;

IV - Características da manta asfáltica

A – Manta asfáltica com uma mescla de polímeros especiais, com excelente aderência, durabilidade e resistência, tendo como acabamento na face exposta, espessura 4 mm, uma película aluminizada altamente flexível e resistente ao ozônio. Estruturada com não-tecido de filamentos contínuos de poliéster, garante perfeita impermeabilização da área a ser utilizada. Marca de referência VIAMANTA POLIESTER ALUMÍNIO ou similar aprovada;



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

**B – Normatização: Ensaios e especificações segundo a NBR 9952/98 – Tipo III;**

**B.1 – Aplicação**

B.1.1 – Aplicar sobre a regularização uma demão de primer de solução asfáltica com rolo e trincha e aguardar a secagem por no mínimo 2 horas;

B.1.2 – Alinhar a manta asfáltica de acordo com o requadramento da área, procurando iniciar a colagem no sentido dos ralos para as cotas mais elevadas;

B.1.3 - Desenrolar toda a bobina de manta, fazer o alinhamento da mesma, rebobina-la novamente e iniciar portanto a colocação propriamente dita;

B.1.4 – Com o auxílio da chama do maçarico de gás GLP, proceder a aderência total da manta 4 mm. Nas emendas das mantas deverá haver sobreposição de 10 cm que receberão biselamento para proporcionar perfeita vedação;

B.1.5 – Antes de executar a proteção mecânica primária, deverá ser realizado o teste de estanqueidade, com uma lâmina d'água mínima de 5cm no ponto mais baixo (junto ao ponto de drenagem);

**V – Proteção Mecânica (se for necessária):**

**A – A proteção mecânica será constituída por 02 (duas) camadas descritas a seguir:**

A.1 - Camada separadora – Constituída por filme de polietileno de 24 micra de espessura que será colocado sobre a manta comum transpasse de 10 cm nas emendas. Esta camada tem por finalidade evitar que os esforços de dilatação e contração da argamassa de proteção mecânica atuem diretamente sobre a impermeabilização;

A.2 – Proteção mecânica secundária/regularização – Será executada com argamassa de cimento e areia traço 1: 3, 2,0 cm de espessura, estruturada com tela de arame galvanizado, hexagonal, fio 0,56 mm (24



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

BWG), malha de 1/2". A tela deverá ser colocada no terço superior da camada de regularização respeitando-se o cobrimento mínimo de 1,5 cm;

A.2.1 – Promover a hidratação da argamassa para evitar fissuras de retração e destacamento. Fazer testes de escoamento, identificando e corrigindo possíveis empoçamento.

### **Regularização Desempenada de Base para Impermeabilização**

Juntamente com as especificações dos materiais, deverão ser obedecidos os critérios básicos para execução dos serviços, conforme estabelecido no item Generalidades deste caderno, e cumpridas todas as normas da ABNT, pertinentes ao assunto, em especial a NBR 9574 Execução de impermeabilização. A forma de aplicação deve seguir as recomendações dos fabricantes de cada produto utilizado.

A regularização desempenada de base para impermeabilização será executada com argamassa de cimento e areia sem peneirar, no traço 1:3, misturada a adesivo líquido. A aplicação será feita com uma espessura de 2 cm, garantindo uma superfície regular e adequada para receber a impermeabilização. Esse serviço tem como objetivo preparar o substrato para prevenir infiltrações de água.

## **8. TRANSPORTE MANUAL, LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS**

### **8.1 – Ensacamento de Entulho Utilizando Sacos de Ráfia de 80 cm x 55 cm**

No processo de ensacamento de entulho com sacos de rafia de 80 cm x 55 cm, é essencial seguir algumas instruções para garantir eficiência no descarte dos materiais e entulho. Comece selecionando sacos de rafia resistentes, assegurando que cada um tenha as medidas adequadas para comportar os diversos tipos de entulho. Durante o manuseio, é crucial tratar os sacos com cuidado para preservar sua durabilidade.

Ao proceder com o ensacamento, organize os sacos de maneira ordenada, empregando técnicas especializadas para garantir que cada um seja preenchido de maneira eficiente. Certifique-se de fechar e amarrar os sacos de forma segura, evitando qualquer vazamento durante o transporte.

Os sacos devem ser preenchidos da melhor forma possível de forma a acondicionar o máximo de material possível sem que haja derramamento ou vazamento de material, fazendo assim que todo o material seja devidamente encaminhado para o local de guarda provisória e posteriormente para a caçamba.

### **8.2 – Carga Manual de Entulho em Caçamba Estacionária**

Posicione a caçamba em uma área pré-determinada pela FISCALIZAÇÃO em conjunto com a segurança do Tribunal e delimite um espaço de trabalho seguro ao seu



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

redor. Utilize Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas resistentes, calçados de segurança e capacete, para garantir a sua segurança durante o processo.

Segregue os materiais de entulho conforme sua natureza, facilitando a posterior reciclagem. Ao carregar a caçamba, faça isso de maneira organizada, distribuindo os diferentes tipos de materiais uniformemente. Evite jogar materiais de forma desordenada para otimizar o espaço e prevenir acidentes. A FISCALIZAÇÃO poderá efetuar glosas caso seja constatado que a caçamba não teve seu volume aproveitado na totalidade, ou mal aproveitado, conforme vistoria visual ou de acordo com os dados Certificado de Destinação Final (CDF).

Certifique-se de não ultrapassar a capacidade máxima de carga da caçamba, evitando riscos de acidentes e assegurando a eficácia do transporte. Garanta que apenas materiais permitidos e autorizados estejam sendo depositados na caçamba, seguindo as regulamentações locais para o descarte adequado dos resíduos.

Recomenda-se que a carga da caçamba seja realizada na primeira manhã após a sua chegada, evitando assim o uso da mesma por terceiros. Em nenhuma hipótese a FISCALIZAÇÃO ou o Tribunal Regional Federal da 2ª Região será responsável pelo uso da caçambas por terceiros, cabendo este controle a CONTRATADA.

Mantenha uma comunicação constante com o operador da caçamba para garantir uma carga eficiente e segura. Após o carregamento, certifique-se de que a área ao redor da caçamba esteja limpa e livre de resíduos soltos.

### **8.3 – Locação de Caçamba Estacionária de 5m³ para Remoção de Resíduos Sólidos Classes A, B E C**

Deverão ser contratadas caçambas estacionárias com capacidade de 5m³ de empresas devidamente licenciada para descarte dos entulhos. Os pedidos de caçamba dependem de prévia autorização por parte da Fiscalização, sendo que os pedidos devem ser feitos ao menos com 2 (dois) dias úteis de antecedência (considerando o calendário administrativo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região) da data desejada da chegada para que se tenha tempo hábil para verificação de viabilidade da mesma.

A critério da FISCALIZAÇÃO, de setores Administrativos ou da Segurança do Tribunal, os pedidos de caçamba poderão ser negados e adiados para uma nova data. Uma vez verificada a viabilidade do pedido, a FISCALIZAÇÃO aprovará comunicando a CONTRATADA e emitirá o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), que deve ser acompanhado do Certificado de Destinação Final (CDF) dentro de 30 (trinta) dias da emissão do MTR.

A CONTRATADA deverá indicar claramente a empresa transportadora, local de descarte final e classe de resíduos, facilitando a emissão do MTR. Os resíduos devem ser classificados conforme as Classes A, B e C, sendo assegurado a disposição correta na caçamba.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Para fins de solicitação de caçamba, a mesma deverá ser solicitada por e-mail para [nugor@trf2.jus.br](mailto:nugor@trf2.jus.br), com cópia para [diobr@trf2.jus.br](mailto:diobr@trf2.jus.br), bem como para o fiscal do contrato em conformidade com o modelo abaixo:

“Vimos através deste, apresentar solicitação de geração de Manifesto de Transporte de Resíduos para contratação de caçamba para a retirada de materiais de obra.

CNPJ TRANSPORTADOR : 12.345.678/0001-99

RAZÃO SOCIAL – Nome da Empresa

LICENÇA - ISENTO

ENDEREÇO - Rua Fulano De Tal, Nº 33

MUNICÍPIO – Nome Da Cidade

ESTADO - RJ

CNPJ DESTINADOR : 23.456.789/0001-99

RAZÃO SOCIAL – Nome Da Empresa

ENDEREÇO: Rua Qualquer, N.º 249

MUNICÍPIO – Nome Da Cidade

ESTADO: RJ

- QUANTIDADE DE CAÇAMBA: X Caçambas(S) de 5m³ - Total de X.5m³

DATA DE CHEGADA DA CAÇAMBA: XX/XX/202X (dia da semana, Período do dia)

NATUREZA : Tipo de Material a ser descartado.

CÓDIGO : Respectivo Código no INEA

FORMA DE ACONDICIONAMENTO: Caçamba Aberta.”

Após a chegada da caçamba, a mesma deverá ser preenchida de forma uniforme, eficiente e segura, evitando ultrapassar sua capacidade máxima. As regulamentações





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

ambientais locais devem ser observadas em relação a disposição adequada dos resíduos, evitando materiais proibidos.

Deverá ser notificada a empresa de locação quando a caçamba estiver pronta para retirada, garantindo um serviço eficiente. Ao final, deverá ser entregue o Certificado de Destinação Final (CDF), para a FISCALIZAÇÃO, para fins de contabilidade dos serviços de transportes e de caçamba.

Os serviços referentes a este item poderão ser pagos sem a apresentação do CDF; contudo, este deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão do MTR. Caso o CDF não seja emitido pelo INEA, a FISCALIZAÇÃO estornará os pagamentos efetuados referentes a esses MTRs, além de aplicar as penalidades previstas em contrato.

#### **8.4 a 8.6 – Transporte de Material Vertical e Horizontal**

No contexto do transporte manual de materiais em uma obra, a eficiência e a segurança são aspectos primordiais. Antes de iniciar o deslocamento, é essencial avaliar cuidadosamente a quantidade de material a ser movido para determinar a abordagem mais adequada, fazendo um planejamento prévio de forma a mitigar os riscos e minimizar os transtornos desta atividade a edificação e as suas atividades.

A escolha do equipamento certo, como carrinhos, carrinhos de mão ou outros dispositivos apropriados, é crucial para facilitar o transporte, minimizando esforços desnecessários. Contudo, o material e técnica utilizada não pode causar danos ao piso, elevadores e paredes dos ambientes. Durante o carregamento, é importante distribuir o peso de forma equilibrada para evitar desequilíbrios ao longo do percurso.

A utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas, é indispensável para garantir a segurança pessoal durante o transporte manual. A comunicação eficiente com a equipe, indicando movimentações iminentes de materiais, contribui para evitar transtornos e prevenir acidentes.

Devem ser manidos os caminhos desobstruídos, proporcionando um ambiente propício para o transporte manual, reduzindo obstáculos e minimizando riscos. A capacitação da equipe em técnicas seguras e ergonômicas é essencial, assegurando uma execução eficiente e protegida.

Evite sobrecarregar os trabalhadores implementando uma rotatividade adequada reduzindo a fadiga, enquanto pausas programadas garantem momentos de descanso, especialmente ao lidar com materiais pesados ou em condições adversas.

Os caminhos a serem utilizados deverão ser previamente acordados com a FISCALIZAÇÃO, bem como os dias e horários que serão permitidos a execução deste serviço, mitigando os impactos nas atividades da edificação.

A CONTRATADA deve verificar previamente todas as dimensões máximas permitidas para o transporte antes da compra dos materiais e garantir que não haja interferências ao longo do trajeto. O transporte dos materiais através dos pavimentos





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

deve ocorrer fora do horário regular de funcionamento do Tribunal (das 11h às 19h), a fim de evitar transtornos aos servidores e funcionários do prédio.

Quaisquer danos causados pela má execução dos serviços de transporte, quer seja do material transportado, bem como danos ao ambiente resultarão na obrigação de reparo e/ou substituição dos objetos às expensas da CONTRATADA.

#### **8.7 – Limpeza Diária de Obra**

O serviço consiste na execução da limpeza diária da obra, garantindo a organização, segurança e adequada destinação dos resíduos gerados durante as atividades.

A limpeza deve abranger a remoção de entulhos, poeira, restos de materiais e outros detritos das áreas de circulação, postos de trabalho, vizinhos e acessos, evitando acúmulos que possam comprometer a fluidez das atividades e a segurança dos trabalhadores. O processo inclui a varrição de pisos, a coleta e segregação de resíduos conforme sua classificação, utilizando recipientes apropriados para descarte ou reaproveitamento, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Materiais cortantes ou perfurantes devem ser acondicionados de maneira segura, evitando riscos de acidentes. A limpeza deve ser realizada de forma contínua ao longo do dia e principalmente ao término do expediente, deixando os ambientes organizados para o início das atividades do dia seguinte.

O serviço será considerado adequado caso os resíduos sejam completamente removidos das áreas designadas, os materiais estejam devidamente separados e armazenados, e as vias de circulação permaneçam desobstruídas e seguras para o tráfego de pessoas e equipamentos.

#### **8.8 – Telhamento com Telha Ondulada de Fibrocimento**

O serviço consiste na substituição de telhas furadas, após a desmontagem dos andaimes, por novas telhas onduladas de fibrocimento com espessura mínima de 6 mm, garantindo a integridade e a estanqueidade da cobertura.

Inicialmente, deve-se realizar a inspeção da estrutura de apoio para verificar sua condição e capacidade de suporte. As telhas danificadas devem ser removidas com cuidado para evitar danos às telhas adjacentes e à estrutura existente. Em seguida, procede-se à instalação das novas telhas, respeitando o alinhamento e a sobreposição recomendada pelo fabricante, de forma a garantir a vedação adequada e o correto escoamento das águas pluviais.

A fixação deve ser feita com parafusos ou ganchos apropriados, utilizando arruelas de vedação para evitar infiltrações, observando o espaçamento e o aperto adequado para evitar fissuras no material. Após a instalação, realiza-se a limpeza da área para remoção de resíduos e verificação final da fixação e alinhamento das telhas.

O serviço será considerado adequado caso as novas telhas estejam corretamente instaladas, sem desalinhamentos, fissuras ou pontos de infiltração, garantindo a funcionalidade e a estética da cobertura.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

### **8.9 – Telhamento com Telha Ondulada de Fibra de Vidro**

O serviço consiste na instalação de telhamento com telha ondulada de fibra de vidro com espessura de 0,6 mm, proporcionando cobertura leve, resistente e translúcida para melhor aproveitamento da iluminação natural.

Inicialmente, deve-se verificar a estrutura de suporte, garantindo que esteja nivelada, resistente e adequada para receber as telhas. A instalação deve seguir o alinhamento correto, com sobreposição mínima entre telhas conforme as recomendações do fabricante, assegurando vedação eficiente e adequado escoamento das águas pluviais.

A fixação deve ser realizada com parafusos ou ganchos apropriados, acompanhados de arruelas de vedação, distribuídos de forma a evitar tensões excessivas no material. Durante a instalação, é necessário manusear as telhas com cuidado para evitar trincas ou deformações, utilizando apoios adequados ao caminhar sobre a cobertura. Após a fixação, realiza-se a limpeza da área e uma inspeção final para garantir que as telhas estejam corretamente posicionadas, bem fixadas e livres de danos.

O serviço será considerado adequado caso a instalação esteja alinhada, sem folgas, fissuras ou infiltrações, e a iluminação natural proporcionada pelas telhas esteja uniforme e sem obstruções.

### **8.10 a 8.13 – Transporte e Devolução dos Andaimes**

O serviço consiste na execução do transporte manual, carga, descarga e transporte rodoviário para a devolução dos andaimes, garantindo a movimentação segura e eficiente dos equipamentos.

Inicialmente, deve-se organizar os componentes dos andaimes de forma adequada para facilitar o manuseio e evitar danos durante o transporte. A carga e descarga devem ser realizadas por equipe capacitada, utilizando técnicas apropriadas de levantamento e movimentação, respeitando as normas de segurança para evitar acidentes e danos aos materiais.

No transporte manual, é fundamental utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, como luvas e cintos ergonômicos, além de respeitar os limites de peso recomendados para cada trabalhador. O deslocamento dos andaimes até o veículo de transporte deve ocorrer por meio de percursos seguros e devidamente sinalizados.

Para o transporte rodoviário, os componentes devem ser devidamente acomodados e amarrados no veículo, garantindo a estabilidade da carga e a conformidade com as normas de trânsito. Após a chegada ao destino, a descarga deve seguir os mesmos critérios de segurança adotados na carga, assegurando que os andaimes sejam entregues em perfeitas condições.

O serviço será considerado adequado caso a movimentação ocorra sem danos aos equipamentos, sem riscos à integridade dos trabalhadores e com a carga devidamente acondicionada e entregue no destino final conforme as especificações estabelecidas.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

#### **8.14 – Limpeza Final da Obra**

O serviço consiste na execução da limpeza final da obra, removendo todos os resíduos, sujeiras e detritos acumulados durante a construção, garantindo um ambiente seguro, organizado e pronto para uso.

Inicialmente, deve-se realizar a varrição e remoção de poeira, respingos de tinta, cimento, gesso e demais resíduos das superfícies, incluindo pisos, telhados, paredes, vidros, esquadrias e demais acabamentos. Em seguida, procede-se à limpeza úmida, utilizando produtos adequados para cada tipo de material, evitando danos ou manchas.

A remoção de entulhos e resíduos sólidos deve seguir as normas ambientais vigentes, garantindo a correta destinação e reciclagem quando aplicável. Equipamentos e mobiliários eventualmente instalados devem ser higienizados, garantindo a remoção de impurezas.

A limpeza deve ser realizada com atenção aos detalhes, especialmente em áreas de difícil acesso, rodapés, cantos e superfícies de vidro. O serviço será considerado adequado caso todas as áreas estejam livres de poeira, manchas, respingos e resíduos, garantindo um acabamento final de qualidade, com aspecto visual limpo e apresentação adequada do espaço finalizado.

#### **8.15 – Desmobilização da Obra**

O serviço consiste na desmobilização da obra, abrangendo a remoção organizada de todos os equipamentos, materiais, instalações provisórias e resíduos remanescentes, garantindo a liberação total da área para uso.

O processo inicia-se com o inventário dos itens a serem retirados, incluindo contêineres, tapumes, barracões, instalações elétricas provisórias, ferramentas e demais estruturas temporárias. Em seguida, procede-se à desmontagem e acondicionamento adequado dos materiais para transporte, priorizando a reutilização e o descarte correto dos itens que não serão mais utilizados, conforme as normas ambientais vigentes.

O local deve ser limpo e entregue sem entulhos ou vestígios da obra, garantindo que a área retorne ao seu estado original ou conforme as exigências da FISCALIZAÇÃO. O serviço será considerado adequado caso todos os elementos provisórios, materiais e equipamentos pertencentes a CONTRATADA tenham sido retirados, a área esteja livre de resíduos e em condições de uso para a próxima destinação.

## **9. ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA**

A Administração Local da Obra desempenhará um papel essencial para assegurar que todo o processo ocorra de maneira organizada, segura e eficiente, garantindo a preservação da integridade estrutural do edifício e o cumprimento das normas regulamentares.

Deverá ser assegurada a presença de:



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

Encarregado Geral em tempo integral: Responsável por coordenar todas as atividades da obra. Deve se contar com um profissional dedicado em tempo integral para garantir o gerenciamento eficiente dos recursos, mão de obra e das etapas da obra.

Engenheiro Civil e Técnico de Segurança do Trabalho em tempo parcial: Eles serão responsáveis por fornecer orientações técnicas especializadas, cada um na sua competência, garantindo o cumprimento das normas técnicas durante a execução dos serviços, bem como garantir a integridade da edificação, mão de obra e equipamentos.

Estes profissionais, além das atribuições inerentes a sua formação, também deverão priorizar a segurança em todas as etapas da obra, a qualidade do trabalho realizado e providenciar a limpeza e organização do local. Eles devem garantir que todos os recursos necessários estejam disponíveis para o andamento da obra conforme cronograma e com total segurança e qualidade, conduzindo a execução de maneira organizada e eficiente.

O pagamento referente à Administração Local será proporcional à execução do cronograma físico-financeiro. Ou seja, caso em determinado mês sejam executados 5,00% dos serviços, em termos de valor financeiro — desconsiderando-se o valor correspondente à Administração Local —, será pago o equivalente a 5,00% do valor total previsto para a Administração Local.

**Obra**

**Obra de Reforma e Recuperação das Fachadas do Prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Rua Visconde de Inhaúma**

**Bancos**

**SINAPI - 02/2025 - Rio de Janeiro  
SBC - 02/2025 - Rio de Janeiro  
ORSE - 02/2025  
EMOP - 02/2025  
SCO - 02/2025**

**B.D.I.**

**21,58%**

**Encargos Sociais Não Desonerado**

**Orçamento Sintético**

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
<b>1</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 14.317,11</b>
1.1	TRF2_0039	Próprio	PLACA DA OBRA EM LONA PADRÃO TRF COM 2,00 M ( COMP.) X 1,15 M (ALT.)	UN	1,00	R\$ 212,06	R\$ 257,82	R\$ 257,82
1.2	TRF2_0046	Próprio	PROTEÇÃO DO TELHADO/AREAS/EQUIPAMENTOS COM CHAPA EM MADEIRA COMPENSADA E=15MM	M²	120,10	R\$ 51,53	R\$ 62,65	R\$ 7.524,26
1.3	TRF2-MOB	Próprio	MOBILIZAÇÃO DA OBRA	UN	1,00	R\$ 1.023,84	R\$ 1.244,78	R\$ 1.244,78
1.4	TRF2A1_0009	Próprio	REMOÇÃO E LIMPEZA DE JUNTA DE DILATAÇÃO EXSITENTE ENTRE OS PRÉDIOS PARA POSTERIOR TRATAMENTO	m	30,00	R\$ 11,70	R\$ 14,22	R\$ 426,60
1.5	TRF2_0037	Próprio	PROTEÇÃO DE ELEVADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1,00	R\$ 920,15	R\$ 1.118,71	R\$ 1.118,71
1.6	97113	SINAPI	APLICAÇÃO DE LONA PLÁSTICA PARA PROTEÇÃO DOS TELHADOS E OUTRAS ÁREAS	m²	350,10	R\$ 2,20	R\$ 2,67	R\$ 934,76
1.7	1	CREA	TAXA DE EMISSÃO DA ART DE EXECUÇÃO	Und	1,00	R\$ 271,47	R\$ 330,05	R\$ 330,05
1.8	TRF2-PPI-01	Próprio	PROTEÇÃO DE PISO (MARCA DE REFERÊNCIA: SALVAPISO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (ADAPTADO DE SINAPI 97113)	m²	153,00	R\$ 13,34	R\$ 16,21	R\$ 2.480,13
<b>2</b>			<b>PREPARAÇÃO DOS ACESSOS AS FACHADAS</b>					<b>R\$ 157.861,23</b>
2.1	TRF2-AND-01	Próprio	CARGA E DESCARGA MANUAL DE ANDAIME TUBULAR, INCLUSIVE TEMPO DE ESPERA DO CAMINHAO, CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL. RETIRADA DO ANDAIME (ADPTADO DE EMOP 04.021.0010-0)	m²	867,00	R\$ 1,16	R\$ 1,41	R\$ 1.222,47
2.2	100947	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). RETIRADA DO ANDAIME	TXKM	355,08	R\$ 2,67	R\$ 3,24	R\$ 1.150,45
2.3	100263	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DOS ANDAIMES - RETIRADA	KGXKM	565,74	R\$ 3,08	R\$ 3,74	R\$ 2.115,88
2.4	100265	SINAPI	TRANSPORTE VERTICAL MANUAL DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DOS ANDAIMES	m²	327,00	R\$ 1,17	R\$ 1,42	R\$ 464,34
2.5	97063	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFÍCIOS COM MULTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	m²	756,00	R\$ 29,65	R\$ 36,04	R\$ 27.246,24

2.6	CT11	COTAÇÃO	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, PECAS COM APROXIMADAMENTE 1,05 M DE LARGURA E 2,0 M DE ALTURA, INCLUINDO DIAGONAIS EM X, BARRAS DE LIGACAO, PELO MENOS 4 PISOS DE TRABALHOS, APARALIXO, SAPATAS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO) PARA TRABALHO NAS FACHADAS FRONTAIS DA EDIFICAÇÃO E ANDAIMES SOBRE A COBERTURA (EXCETO VÃOS E CONDENSADORAS)	M2XMES	2484,00	R\$ 16,74	R\$ 20,35	R\$ 50.549,40
2.7	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR DE ENCAIXE TIPO MODEL SX OU SIMILAR (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M²	111,00	R\$ 40,87	R\$ 49,68	R\$ 5.514,48
2.8	CT12	COTAÇÃO	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO MODEX SH OU SIMILAR, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, PELO MENOS 2 PISOS DE TRABALHO, PEÇAS AUTO PORTANTES, ESCORAMENTO, APARALIXO, PEÇAS CAPAZES DE CONTORNAR AS CONDENSADORAS DE AR CONDICIONADO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO) NA EMPENA NÚMERO 4 (EXCETO ÁREA DE ANDAIME FACHADEIRO)	M2XMES	444,00	R\$ 85,20	R\$ 103,58	R\$ 45.989,52
2.9	TRF2-AND-02	Próprio	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE CADEIRA SUSPensa (BALANCIM INDIVIDUAL) (ADAPTADO DE EMOP 05.008.0004-0)	Und	1,00	R\$ 171,34	R\$ 208,31	R\$ 208,31
2.10	TRF2-AND-03	Próprio	LOCAÇÃO MENSAL DE CADEIRA SUSPensa (BALANCIM INDIVIDUAL), CONFORME NR18 E ABNT NBR 14751, INCLUSIVE KIT DE SEGURANÇA COMPLETO (ADAPTADO DE EMOP 05.007.0015-A)	Und	3,00	R\$ 500,60	R\$ 608,62	R\$ 1.825,86
2.11	97062	SINAPI	COLOCAÇÃO DE TELA EM ANDAIME AF_03/2024	m²	867,00	R\$ 8,22	R\$ 9,99	R\$ 8.661,33
2.12	CT08	COTAÇÃO	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE ANCORAGEM TIPO A1, EM AÇO INOX 316, INCLUINDO ANCORAGEM ESTRUTURAL COM CHUMBADOR QUÍMICO E TESTE DE ARRANCAMENTO, DE ACORDO COM PROJETO EXECUTIVO E CONFORME AS NORMAS NR-18, NR-35 E ABNT 16325/2014	UN	6,00	R\$ 443,33	R\$ 539,00	R\$ 3.234,00
2.13	CT09	COTAÇÃO	INSTALAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANCORAGEM TIPO A1, TRANSPASSADO, EM AÇO INOX 316, ATRAVÉS DE TESTE DE ARRANCAMENTO, DE ACORDO COM PROJETO EXECUTIVO E CONFORME AS NORMAS NR-18, NR-35 E ABNT 16325/2014	UN	23,00	R\$ 168,00	R\$ 204,25	R\$ 4.697,75
2.14	TRF2-AND-04	PROPRIO	ESCORAMENTO METALICO COM ESCORAS TELESCOPAVEIS OU TORRES DE CARGA, PARA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO. ALUGUEL, TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM	M3XMÊS	120,00	R\$ 34,15	R\$ 41,51	R\$ 4.981,20
3			<b>DEMOLIÇÕES, RETIRADAS, LIMPEZA E PREPARAÇÃO DO SUBSTRATO</b>					<b>R\$ 112.321,07</b>
3.1	TRF2-INH-FAC-1	Próprio	LIMPEZA UTILIZANDO JATO DE ALTA COM ALTA PRESSÃO E SOLUÇÃO LIMPADORA (ADAPTADO DE SINAPI 99814)	m²	703,00	R\$ 3,80	R\$ 4,62	R\$ 3.247,86
3.2	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	40,00	R\$ 33,22	R\$ 40,38	R\$ 1.615,20
3.3	97631	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	606,76	R\$ 16,36	R\$ 19,89	R\$ 12.068,49
3.4	87891	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	606,76	R\$ 12,57	R\$ 15,28	R\$ 9.271,32

3.5	TRF2_0137	Próprio	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PARA REVESTIMENTOS, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), INCLUINDO REFORÇO COM TELA DE AÇO, ESPESSURA DE 25 MM	m²	606,76	R\$ 105,59	R\$ 128,37	R\$ 77.890,03
3.6	TRF2_0050	Próprio	REPARO DE FISSURAS COM SELANTE ACRÍLICO, DUAS APLICAÇÕES	M	40,00	R\$ 38,54	R\$ 46,85	R\$ 1.874,00
3.7	TRF2-IMP-001	Próprio	REMOÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE MANTA ASFÁLTICA/ALUMINIZADA	m²	76,84	R\$ 24,18	R\$ 29,39	R\$ 2.258,18
3.8	TRF2-IMP-003	Próprio	REMOÇÃO E RECOLOCAÇÃO (PARCIAL) DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO DAS TELHAS	m²	83,40	R\$ 10,22	R\$ 12,42	R\$ 1.035,82
3.9	TRF2-TEL-001	Próprio	FITA DE ALUMÍNIO DE MANTA ASFÁLTICA AUTO ADESIVA PARA TELHADO PARA IMPERMEABILIZAÇÃO PROVISÓRIA DO TELHADO EXECUTA-SE OS SERVIÇOS	m²	4,00	R\$ 24,66	R\$ 29,98	R\$ 119,92
3.10	TRF2-TEL-002	Próprio	FURO CUIDADOSO NA TELHA DE FIBROCIMENTO PARA PASSAGEM DO ANDAIME	Und	20,00	R\$ 13,37	R\$ 16,25	R\$ 325,00
3.11	TRF2-TEL-003	Próprio	IMPERMEABILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE SEGURANÇA DA LAJE DA EDIFICAÇÃO COM VIAPLUS 7000 (MÍNIMO DE 3 DEMÃOS) E LAJOTAS CIRCUNDANTES AS BASES DOS ANDAIMES SOB O TELHADO	M²	15,00	R\$ 143,41	R\$ 174,35	R\$ 2.615,25
<b>4</b>			<b>RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL</b>					<b>R\$ 10.149,97</b>
4.1	TRF2_0052	Próprio	ESCARIFICAÇÃO MANUAL, CORTE DE CONCRETO ATÉ 3 CM DE PROFUNDIDADE	M²	10,00	R\$ 306,30	R\$ 372,39	R\$ 3.723,90
4.2	91601	SINAPI	ARMAÇÃO DO SISTEMA DE PAREDES DE CONCRETO, EXECUTADA COMO REFORÇO, VERGALHÃO DE 6,3 MM DE DIÂMETRO. AF_12/2024	KG	13,00	R\$ 13,84	R\$ 16,82	R\$ 218,66
4.3	TRF2_0053	Próprio	LIXAMENTO ELÉTRICO DE ARMADURA COM ESCOVA CIRCULAR	M²	8,00	R\$ 26,66	R\$ 32,41	R\$ 259,28
4.4	10.005.000020.SER (TCPO)	Próprio	REVESTIMENTO POLIMÉRICO ANTICORROSIVO PARA PROTEÇÃO DE ARMADURAS, TIPO VEDACIT ARMATEC	M²	8,00	R\$ 43,37	R\$ 52,72	R\$ 421,76
4.5	TRF2_0028	Próprio	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL COM ARGAMASSA POLIMÉRICA, ESP = 3,0 CM	M²	10,00	R\$ 420,69	R\$ 511,47	R\$ 5.114,70
4.6	TRF2_0029	Próprio	GROUT PRÉ-FABRICADO, TIPO GROUT RÁPIDO. MARCA DE REFERÊNCIA: QUARTZOLIT	M³	0,06	R\$ 4.541,27	R\$ 5.521,27	R\$ 331,27
4.7	TRF2_0030	Próprio	APLICAÇÃO DE AGENTE DE CURA (TIPO CURING) APLICADO NAS ÁREAS DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL	M²	10,00	R\$ 6,62	R\$ 8,04	R\$ 80,40
<b>5</b>			<b>RECUPERAÇÃO DO REVESTIMENTO DE PASTILHAS CERÂMICAS</b>					<b>R\$ 29.773,92</b>
5.1	TRF2_0048	Próprio	INSPEÇÃO DE REVESTIMENTO POR PERCUSSÃO	M²	373,00	R\$ 7,85	R\$ 9,54	R\$ 3.558,42
5.2	88787	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 2,5 X 2,5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM PANOS SEM VÃOS	m²	40,00	R\$ 405,90	R\$ 493,49	R\$ 19.739,60
5.3	TRF2_0138	Próprio	REJUNTAMENTO DE REVESTIMENTO DE PASTILHAS 2,5 X 2,5 CM COM REJUNTE CIMENTÍCIO	m²	40,00	R\$ 18,21	R\$ 22,13	R\$ 885,20
5.4	TRF2A1_0004	Próprio	APLICAÇÃO DE SILICONE EXTERNO NA ESQUADRIA COM UTILIZAÇÃO DE SELANTE DE SILICONE, INCLUINDO REMOÇÃO DA VEDAÇÃO EXISTENTE	m	50,00	R\$ 28,51	R\$ 34,66	R\$ 1.733,00



5.5	TRF2-IMP-002	Próprio	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA EPÓXI ACETINADO, SOBRE PASTILHAS, COR BRANCO GELO, NO MÍNIMO DUAS DEMÃOS DE ACABAMENTO. MARCA DE REFERÊNCIA: SUVINIL - TINTA ESMALTE MULTISSUPERFÍCIES ACETINADO	m²	210,00	R\$ 15,11	R\$ 18,37	R\$ 3.857,70
<b>6</b>			<b>PINTURA DAS EMPENAS E DEMAIS SUPERFÍCIES</b>					<b>R\$ 45.309,87</b>
6.1	88412	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF_03/2024	m²	566,76	R\$ 4,99	R\$ 6,06	R\$ 3.434,57
6.2	96132	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	m²	566,76	R\$ 22,88	R\$ 27,81	R\$ 15.761,65
6.3	TRF2-FAC-01	Próprio	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA COM RESINA ACRÍLICA ELASTOMÉRICA, COM ADITIVOS IMPERMEABILIZANTES, COR CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, NO MÍNIMO TRÊS DEMÃOS DE ACABAMENTO. MARCA DE REFERÊNCIA: SUVINIL - TINTA FACHADA PROTEGIDA EMBORRACHADA OU SIMILAR - adaptado de SINAPI 96132	m²	566,76	R\$ 18,47	R\$ 22,45	R\$ 12.723,80
6.4	TRF2A1_0006	Próprio	RUFO EXTERNO EM CHAPA DE ALUMÍNIO NATURAL, CORTE DE 80CM, FIXAÇÃO SUPERIOR	m	49,65	R\$ 182,46	R\$ 221,83	R\$ 11.013,85
6.5	TRF2A1_0007	Próprio	TRATAMENTO DE JUNTA SERRADA, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE À BASE DE SILICONE. AF_09/2023 - ADAPTADO DE SINAPI 98577	M	30,00	R\$ 65,15	R\$ 79,20	R\$ 2.376,00
<b>7</b>			<b>SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO</b>					<b>R\$ 18.344,35</b>
7.1	98546	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA ALUMÍNIO, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM. AF_09/2023	m²	76,84	R\$ 138,81	R\$ 168,76	R\$ 12.966,67
7.2	98560	SINAPI	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA	m²	76,84	R\$ 57,57	R\$ 69,99	R\$ 5.377,68
<b>8</b>			<b>TRANSPORTE MANUAL, LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS</b>					<b>R\$ 45.160,34</b>
8.1	TRF2_0031	Próprio	ENSACAMENTO DE ENTULHO UTILIZANDO SACOS DE RÁFIA DE 80 CM X 55 CM	M³	45,00	R\$ 138,04	R\$ 167,82	R\$ 7.551,90
8.2	TRF2_0032	Próprio	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA	M³	45,00	R\$ 21,36	R\$ 25,96	R\$ 1.168,20
8.3	TRF2_0085	Próprio	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA DE 5M³ PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSES A, B E C	UN	9,00	R\$ 420,00	R\$ 510,63	R\$ 4.595,67
8.4	88039	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL ATÉ 100M DE MATERIAIS DIVERSOS E ENTULHO	m³	67,50	R\$ 127,69	R\$ 155,24	R\$ 10.478,70
8.5	TRF2_0033	Próprio	TRANSPORTE VERTICAL COM ELEVADOR, PARA DESCIDA/SUBIDA DE MATERIAIS	M³	67,50	R\$ 30,00	R\$ 36,47	R\$ 2.461,72
8.6	TRF2_0041	Próprio	TRANSPORTE VERTICAL, MANUAL, 1 PAVIMENTO, PARA DESCIDA/SUBIDA DE MATERIAIS	M³	67,50	R\$ 30,63	R\$ 37,23	R\$ 2.513,02
8.7	TRF2_0009	Próprio	LIMPEZA DIÁRIA DA OBRA	MES	6,00	R\$ 673,86	R\$ 819,27	R\$ 4.915,62
8.8	94207	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM PARA SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS FURADAS, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELhado COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	m²	83,40	R\$ 53,32	R\$ 64,82	R\$ 5.405,98



8.9	94449	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO	m²	9,70	R\$ 68,82	R\$ 83,67	R\$ 811,59
8.10	TRF2_0002	Próprio	LIMPEZA FINAL	M²	636,00	R\$ 5,19	R\$ 6,31	R\$ 4.013,16
8.11	TRF2-DES	Próprio	DESMOBILIZAÇÃO DA OBRA	UN	1,00	R\$ 1.023,84	R\$ 1.244,78	R\$ 1.244,78
<b>9</b>			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>R\$ 106.203,44</b>
9.1	TRF2-ADM-INH	Próprio	ADIMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	UN	1,00	R\$ 87.352,73	R\$ 106.203,44	R\$ 106.203,44

**Total Geral** **R\$ 539.441,30**

---

Engº Civil Alexsandro Santos Campelo  
CREA-RJ 2019108609

Obra

Bancos

B.D.I.

21,58%

Encargos Sociais

Obra de Reforma das Fachadas da Visconde de Inhaúma

SINAPI - 02/2025 - Rio de Janeiro  
SBC - 02/2025 - Rio de Janeiro  
ORSE - 02/2025  
EMOP - 02/2025  
SCO - 02/2025

Não Desonerado

Planilha Orçamentária Analítica - Planilha de Custos e Formação de Preços

1			SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.1	TRF2_0039	Próprio	PLACA DA OBRA EM LONA PADRÃO TRF COM 2,00 M ( COMP. ) X 1,15 M (ALT.)	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	1,0000000		212,06
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2000000	30,63	6,12
Insumo	CT03	COTAÇÃO	PLACA DA OBRA EM LONA PADRÃO TRF COM 2,00 M ( COMP. ) X 1,15 M (ALT.)	MATERIAL	UN	1,0000000	195,50	195,50
Insumo	412	SINAPI	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE *230* X *7,6* MM	MATERIAL	UN	12,0000000	0,87	10,44
1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.2	TRF2_0046	Próprio	PROTEÇÃO DO TELHADO/AREAS/EQUIPAMENTOS COM CHAPA EM MADEIRA COMPENSADA E=15MM	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,0000000		51,53
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2000000	30,63	6,12
Insumo	1360	SINAPI	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA DE PINUS, VIROLA OU EQUIVALENTE, DE *2,2 X 1,6* M, E = C	MATERIAL	m²	1,1000000	41,29	45,41
1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.3	TRF2-MOB	Próprio	MOBILIZAÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000		1.023,84
Composição Auxiliar	92145	SINAPI	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO. AF_11/2015	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	4,0000000	99,57	398,28
Composição Auxiliar	92146	SINAPI	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHI DIURNO. AF_11/2015	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	12,0000000	52,13	625,56
1.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.4	TRF2A1_0009	Próprio	REMOÇÃO E LIMPEZA DE JUNTA DE DILATAÇÃO EXSITENTE ENTRE OS PRÉDIOS PARA POSTERIOR TRATAMENTO	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m	1,0000000		11,70
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1940000	39,25	7,61
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0390000	30,63	1,19
Insumo	3092	ORSE	ALCOOL ISOPROPÍLICO	MATERIAL	L	0,1000000	29,09	2,90
1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.5	TRF2_0037	Próprio	PROTEÇÃO DE ELEVADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	CJ	1,0000000		920,15
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	2,0000000	30,63	61,26
Insumo	CT02	COTAÇÃO	MANTA PROTETORA EM PAPEL KRAFT INTEGRADO COM PLÁSTICO BOLHA DE ALTA RESISTÊNCIA	MATERIAL	M²	17,5000000	7,79	136,32

Insumo	1360	SINAPI	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 6 MM	MATERIAL	m²	17,5000000	41,29	722,57
1.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.6	97113	SINAPI	APLICAÇÃO DE LONA PLÁSTICA PARA PROTEÇÃO DOS TELHADOS E OUTRAS ÁREAS	PAVI - PAVIMENTAÇÃO	m²	1,0000000		2,20
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0049100	39,25	0,19
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0058900	30,63	0,18
Insumo	42408	SINAPI	LONA PLASTICA EXTRA FORTE PRETA, E = 200 MICRA	MATERIAL	m²	1,1280000	1,63	1,83
1.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.7	1	CREA	TAXA DE EMISSÃO DA ART DE EXECUÇÃO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	Und	1,0000000		271,47
Insumo	CT18	CREA	TAXA DE EMISSÃO DA ART DE EXECUÇÃO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UND	1,0000000	271,47	271,47
1.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.8	TRF2-PPI-01	Próprio	PROTEÇÃO DE PISO (MARCA DE REFERÊNCIA: SALVAPISO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (ADAPTADO DE SINAPI 97113)	PAVI - PAVIMENTAÇÃO	m²	1,0000000		13,34
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1500000	30,63	4,59
Insumo	CT01	COTAÇÃO	PROTEÇÃO DE PISO - MARCA DE REF.:DE REFERÊNCIA: SALVAPISO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,1000000	7,79	8,56
Insumo	12815	SINAPI	FITA CREPE ROLO DE *25* MM X 50 M	MATERIAL	ROLO	0,0200000	9,53	0,19
2			PREPARAÇÃO DOS ACESSOS AS FACHADAS					
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.1	TRF2-AND-01	Próprio	CARGA E DESCARGA MANUAL DE ANDAIME TUBULAR, INCLUSIVE TEMPO DE ESPERA DO CAMINHAO, CONSIDERANDO-SE A AREA DE PROJECAO VERTICAL. RETIRADA DO ANDAIME (ADPTADO DE EMOP 04.021.0010-0)	TRANSPORTES	m²	1,0000000		1,16
Composição Auxiliar	19.004.0001-4	EMOP	CAMINHAO COM CARROCERIA FIXA,NO TOCO,CAPACIDADE DE 3,5T,INCL USIVE MOTORISTA 22,76%-SEGURO TOTAL	EQUIPAMENTOS	H	0,0130000	59,98	0,77
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0130000	30,63	0,39
2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.2	100947	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). RETIRADA DO ANDAIME CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	TXKM	1,0000000		2,67
Composição Auxiliar	5824	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,0093000	251,02	2,33
Composição Auxiliar	5826	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,0040000	87,44	0,34
2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

2.3	100263	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DOS ANDAIMES - RETIRADA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	KGXKM	1,0000000		3,08
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1007000	30,63	3,08
2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.4	100265	SINAPI	TRANSPORTE VERTICAL MANUAL DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DOS ANDAIMES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000		1,17
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0385000	30,63	1,17
2.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.5	97063	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFÍCIOS COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000		29,65
Composição Auxiliar	100251	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE AÇO CARBONO LEVE OU MÉDIO, PRETO OU GALVANIZADO, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 32 MM E MENOR OU IGUAL A 65 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MXKM	0,1673000	18,73	3,13
Composição Auxiliar	88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,5546000	41,98	23,28
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1058000	30,63	3,24
2.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.6	CT11	COTAÇÃO	LOCAÇÃO DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, PECAS COM APROXIMADAMENTE 1,05 M DE LARGURA E 2,0 M DE ALTURA, INCLUINDO DIAGONAIS EM X, BARRAS DE LIGACAO, PELO MENOS 4 PISOS DE TRABALHOS, APARALIXO, SAPATAS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO) PARA TRABALHO NAS FACHADAS FRONTAIS DA EDIFICAÇÃO E ANDAIMES SOBRE A COBERTURA (EXCETO VÃOS E CONDENSADORAS)	EQUIPAMENTOS	M2XMES	1,0000000	16,74	16,74
2.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.7	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR DE ENCAIXE TIPO MODEL SX OU SIMILAR (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,0000000	39,91	40,87
Composição Auxiliar	100251	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE AÇO CARBONO LEVE OU MÉDIO, PRETO OU GALVANIZADO, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 32 MM E MENOR OU IGUAL A 65 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²XKM	0,4020000	18,73	7,52
Composição Auxiliar	88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6977000	41,98	29,28
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1331000	30,63	4,07
2.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.8	CT12	COTAÇÃO	LOCAÇÃO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO MODEX SH OU SIMILAR, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, PELO MENOS 2 PISOS DE TRABALHO, PEÇAS AUTO PORTANTES, ESCORAMENTO, APARALIXO, PEÇAS CAPAZES DE CONTORNAR AS CONDENSADORAS DE AR CONDICIONADO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO) NA EMPENA NÚMERO 4 (EXCETO ÁREA DE ANDAIME FACHADEIRO)	EQUIPAMENTOS	M2XMES	1,0000000	85,20	85,20

2.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.9	TRF2-AND-02	Próprio	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE CADEIRA SUSPensa (BALANCIM INDIVIDUAL) (ADAPTADO DE EMOP 05.008.0004-0)	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Und	1,0000000		171,34
Insumo	88310	SINAPI	MAO-DE-OBRA DE PEDREIRO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÃO DE OBRA	H	1,2000000	39,41	47,29
Insumo	88316	SINAPI	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÃO DE OBRA	H	4,0500000	30,63	124,05
2.10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.10	TRF2-AND-03	Próprio	LOCAÇÃO MENSAL DE CADEIRA SUSPensa (BALANCIM INDIVIDUAL), CONFORME NR18 E ABNT NBR 14751, INCLUSIVE KIT DE SEGURANÇA COMPLETO (ADAPTADO DE EMOP 05.007.0015-A)	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Und	1,0000000		500,60
2.10	13580	EMOP	LOCAÇAO DE ANDAIME SUSPENSO OU BALANCIM MANUAL, CAPACIDADE DE CARGA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 250 KG/M2, PLATAFORMA DE 1,50 M X 0,80 M (C X L), CABO DE 45 M	EQUIPAMENTO	MES	1,0000000	500,60	500,60
2.11	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.11	97062	SINAPI	COLOCAÇÃO DE TELA EM ANDAIME AF_03/2024	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000		8,22
Composição Auxiliar	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0653490	31,45	2,05
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0685367	39,12	2,68
Insumo	411	SINAPI	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6" MM	MATERIAL	UN	0,5490000	0,17	0,09
Insumo	7170	SINAPI	TELA FACHADEIRA EM POLIETILENO, ROLO DE 3 X 100 M (L X C), COR BRANCA, SEM LOGOMARCA - PARA PROTECAO DE OBRAS	MATERIAL	m²	1,1990000	2,84	3,40
2.12	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.12	CT08	COTAÇÃO	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE ANCORAGEM TIPO A1, EM AÇO INOX 316, INCLUINDO ANCORAGEM ESTRUTURAL COM CHUMBADOR QUÍMICO E TESTE DE ARRANCAMENTO, DE ACORDO COM PROJETO EXECUTIVO E CONFORME AS NORMAS NR-18, NR-35 E ABNT 16325/2014	SERVIÇOS	UN	1,0000000	443,33	443,33
2.13	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.13	CT09	COTAÇÃO	INSTALAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANCORAGEM TIPO A1, TRANSPASSADO, EM AÇO INOX 316, ATRAVÉS DE TESTE DE ARRANCAMENTO, DE ACORDO COM PROJETO EXECUTIVO E CONFORME AS NORMAS NR-18, NR-35 E ABNT 16325/2014	SERVIÇOS	UN	1,0000000	168,00	168,00
2.14	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
2.14	TRF2-AND-04	PROPRIO	ESCORAMENTO METALICO COM ESCORAS TELESCOPAVEIS OU TORRES DE CARGA, PARA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO. ALUGUEL, TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM	SERVIÇOS	M3XMÊS	1,0000000		34,15
Composição Auxiliar	11.050.0010-00	EMOP	LOCAÇAO DE ESCORAMENTO METALICO COM ESCORAS TELESCOPICAS OU TORRES DE CARGA, PARA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO	SERVIÇOS	M3XMES	1,0000000	26,80	26,80

Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2400000	30,63	7,35
3			DEMOLIÇÕES, RETIRADAS, LIMPEZA E PREPARAÇÃO DO SUBSTRATO					
3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.1	TRF2-INH-FAC-1	Próprio	LIMPEZA UTILIZANDO JATO DE ALTA COM ALTA PRESSÃO E SOLUÇÃO LIMPADORA (ADAPTADO DE SINAPI 99814)	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000		3,80
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0890000	30,63	2,72
Composição Auxiliar	99833	SINAPI	LAVADORA DE ALTA PRESSAO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSAO DE OPERACAO ENTRE 1400 E 1900 LIB/POL2, VAZAO MAXIMA ENTRE 400 E 700	CHOR - CUSTOS HORARIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,0150000	5,56	0,08
Insumo	S.04.000.069500	CPOS	SOLUÇÃO LIMPADORA COM DETERGENTE DESENGORDURANTE DILUÍDA EM ÁGUA	MATERIAL	L	0,4000000	2,50	1,00
3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.2	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	1,0000000		33,22
Composição Auxiliar	88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2301000	41,40	9,52
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,7740000	30,63	23,70
3.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.3	97631	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	1,0000000		16,36
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1151000	39,25	4,51
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3872000	30,63	11,85
3.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.4	87891	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	1,0000000		12,57
Composição Auxiliar	87401	SINAPI	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PARA CHAPISCO ROLADO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m³	0,0015000	5.530,69	8,29
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0868000	39,25	3,40
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0289000	30,63	0,88
3.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.5	TRF2_0137	Próprio	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PARA REVESTIMENTOS, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), INCLUINDO REFORÇO COM TELA DE AÇO, ESPESSURA DE 25 MM	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	1,0000000		105,59
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,4000000	30,63	12,25
Composição Auxiliar	87398	SINAPI	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA MULTIUSO PARA REVESTIMENTOS E ASSENTAMENTO DA ALVENARIA, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m³	0,0293000	1.973,23	57,81

Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,4000000	39,25	15,70
Insumo	37411	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,24 MM, MALHA 25 X 25 MM	MATERIAL	m²	1,0500000	14,94	15,68
Insumo	123	SINAPI	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS SEM ARMACAO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	MATERIAL	L	0,5000000	8,30	4,15
3.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.6	TRF2_0050	Próprio	REPARO DE FISSURAS COM SELANTE ACRÍLICO, DUAS APLICAÇÕES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M	1,0000000		38,54
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,5000000	39,41	19,70
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,5000000	30,63	15,31
Insumo	43143	SINAPI	VEDANTE ACRILICO PARA TRINCAS	MATERIAL	L	0,1107972	31,86	3,53
3.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.7	TRF2-IMP-001	Próprio	REMOÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE MANTA ASFÁLTICA/ALUMINIZADA	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	1,0000000		24,18
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0700000	39,25	2,74
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,7000000	30,63	21,44
3.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.8	TRF2-IMP-003	Próprio	REMOÇÃO E RECOLOCAÇÃO (PARCIAL) DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO DAS TELHAS	COBE - COBERTURA	m²	1,0000000		10,22
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0816000	38,76	3,16
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2306000	30,63	7,06
3.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.9	TRF2-TEL-001	Próprio	FITA DE ALUMINIO DE MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA PARA TELHADO PARA IMPERMEABILIZAÇÃO PROVISÓRIA DO TELHADO EXECUTA-SE OS SERVIÇOS	COBE - COBERTURA	m²	1,0000000		24,66
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2000000	38,76	7,75
Insumo	CT16	COTAÇÃO	FITA MANTA ASFALTICA ALUMINIZADA AUTOADESIVA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,0500000	16,11	16,91
3.10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.10	TRF2-TEL-002	Próprio	FURO CUIDADOSO NA TELHA DE FIBROCIMENTO PARA PASSAGEM DO ANDAIME	COBE - COBERTURA	Und	1,0000000		13,37
Composição Auxiliar	102602	SINAPI	EXECUÇÃO DE FURO NA TELHA DE FIBROCIMENTO EM ESPESSURA MÍNMA NECESSÁRIA PARA PASSAGEM DA TUBULAÇÃO DE ANDAIME	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	Und	1,0000000	13,37	13,37
3.11	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
3.11	TRF2-TEL-003	Próprio	IMPERMEABILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE SEGURANÇA DA LAJE DA EDIFICAÇÃO COM VIAPLUS 7000 (MÍNIMO DE 3 DEMÃOS) E LAJOTAS CIRCUNDANTES AS BASES DOS ANDAIMES SOB O TELHADO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,0000000		143,41

Composição Auxiliar	103333	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÊMICOS FURADOS NA HORIZONTAL E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	0,0400000	154,56	6,18
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	h	0,4000000	30,63	12,25
Insumo	CT19	COTAÇÃO	TINTA FACHADA PROTEGIDA EMBORRACHADA SUVINIL	MATERIAL	KG	3,0000000	41,66	124,98
4			RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL					
4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
4.1	TRF2_0052	Próprio	ESCARIFICAÇÃO MANUAL, CORTE DE CONCRETO ATÉ 3 CM DE PROFUNDIDADE	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,0000000		306,30
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	10,0000000	30,63	306,30
4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
4.2	91601	SINAPI	ARMAÇÃO DO SISTEMA DE PAREDES DE CONCRETO, EXECUTADA COMO REFORÇO, VERGALHÃO DE 6,3 MM DE DIÂMETRO. AF_12/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	KG	1,0000000		13,84
Composição Auxiliar	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0113122	31,60	0,35
Composição Auxiliar	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0837804	38,16	3,19
Insumo	32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	MATERIAL	KG	1,1100000	9,08	10,07
Insumo	43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	MATERIAL	KG	0,0111000	22,00	0,23
4.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
4.3	TRF2_0053	Próprio	LIXAMENTO ELÉTRICO DE ARMADURA COM ESCOVA CIRCULAR	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,0000000		26,66
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1250000	30,63	3,82
Insumo	44538	SINAPI	ESCOVA CIRCULAR EM AÇO LATONADO, COM CERDAS DE 0,30 MM, DE 6" X 1 (INDICAR FABRICANTE)	MATERIAL	UN	0,0500000	52,11	2,60
Insumo	02.007.000001.EQL	TCPO	LIXADEIRA ELETRICA ANGULAR, PARA DISCO DE 7 " (180 MM), POTENCIA DE 2.200 W, *5.000*RPM, 220 V	EQUIPAMENTO	LOC/UN/DIA	0,2500000	80,97	20,24
4.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
4.4	10.005.000020.SER (TCPO)	Próprio	REVESTIMENTO POLIMÉRICO ANTICORROSIVO PARA PROTEÇÃO DE ARMADURAS, TIPO VEDACIT ARMATEC	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M²	1,0000000		43,37
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0500000	39,25	1,96
Insumo	CT06	COTAÇÃO	REVESTIMENTO POLIMÉRICO ANTICORROSIVO PARA PROTEÇÃO DE ARMADURAS, ARMATEC ZN VEDACIT	MATERIAL	L	0,2262000	183,11	41,41
4.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
4.5	TRF2_0028	Próprio	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL COM ARGAMASSA POLIMÉRICA, ESP = 3,0 CM	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M²	1,0000000		420,69
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,1250000	39,25	44,15
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,1250000	30,63	34,45
Insumo	25049	SBC	ARGAMASSA PREFABRICADA POLIMERICA UBETON	MATERIAL	KG	63,0000000	5,43	342,09



4.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
4.6	TRF2_0029	Próprio	GROUT PRÉ-FABRICADO, TIPO GROUT RÁPIDO. MARCA DE REFERÊNCIA: QUARTZOLIT	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M³	1,0000000		4.541,27
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	2,5000000	39,25	98,12
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	5,0000000	30,63	153,15
Insumo	134	SINAPI	GRAUTE CIMENTÍO FLUIDO SIKAGROUT 250 (25KG)	MATERIAL	KG	2.200,0000000	1,95	4.290,00
4.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
4.7	TRF2_0030	Próprio	APLICAÇÃO DE AGENTE DE CURA (TIPO CURING) APLICADO NAS ÁREAS DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M²	1,0000000		6,62
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1000000	39,25	3,92
Insumo	42409	SINAPI	AGENTE DE CURA, PROTETOR DA EVAPORACAO DA AGUA DE HIDRATACAO DO CONCRETO	MATERIAL	KG	0,2000000	13,52	2,70
5	Código	Banco	RECUPERAÇÃO DO REVESTIMENTO DE PASTILHAS CERÂMICAS	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
5.1	TRF2_0048	Próprio	INSPEÇÃO DE REVESTIMENTO POR PERCUSSÃO	SEES - SERVIÇOS ESPECIAIS	M²	1,0000000		7,85
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2000000	39,25	7,85
5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
5.2	88787	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 2,5 X 2,5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, APLICADO EM PANOS SEM VÃOS	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	1,0000000		405,90
Composição Auxiliar	88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0300000	41,40	42,64
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,5100000	30,63	15,62
Insumo	4396	SINAPI	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVESTIMENTO EXTERNO, FABRICANTE ATLAS, ACABAMENTO ESMALTADO COM BRILHO, COR BRANCO ASPEN 2,5CMX2,5CM, SIMILAR A EXISTENTE OU EQUIVALENTE DEVIDAMENTE APROVADA PELA FISCALIZAÇÃO	MATERIAL	m²	1,0900000	294,48	320,98
Insumo	37596	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III E	MATERIAL	KG	9,8400000	2,71	26,66
5.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
5.3	TRF2_0138	Próprio	REJUNTAMENTO DE REVESTIMENTO DE PASTILHAS 2,5 X 2,5 CM COM REJUNTE CIMENTÍCIO	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	1,0000000		18,21
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2000000	30,63	6,12
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2000000	39,25	7,85
Insumo	34357	SINAPI	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	MATERIAL	KG	0,9400000	4,52	4,24

5.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
5.4	TRF2A1_0004	Próprio	APLICAÇÃO DE SILICONE EXTERNO NA ESQUADRIA COM UTILIZAÇÃO DE SELANTE DE SILICONE, INCLUINDO REMOÇÃO DA VEDAÇÃO EXISTENTE	ESQV - ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDRO	m	1,0000000		28,51
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3600000	39,25	14,13
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2200000	30,63	6,73
Insumo	12815	SINAPI	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	MATERIAL	UN	0,0400000	9,53	0,38
Insumo	142	SINAPI	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	MATERIAL	310ML	0,1100000	39,80	4,37
Insumo	3092	ORSE	Alcool Isopropílico	MATERIAL	I	0,1000000	29,09	2,90
5.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
5.5	TRF2-IMP-002	Próprio	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA EPÓXI ACETINADO, SOBRE PASTILHAS, COR BRANCO GELO, NO MÍNIMO DUAS DEMÃOS DE ACABAMENTO. MARCA DE REFERÊNCIA: SUVINIL - TINTA ESMALTE MULTISSUPERFÍCIES ACETINADO	PINT - PINTURAS	m²	1,0000000		15,11
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1302000	39,41	5,13
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0213000	30,63	0,65
Insumo	CT07	COTAÇÃO	TINTA ESMALTE MULTISSUPERFÍCIES ACETINADO SUVINIL	MATERIAL	L	0,1200000	77,75	9,33
6			PINTURA DAS EMPENAS					
6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
6.1	88412	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS	PINT - PINTURAS	m²	1,0000000		4,99
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0315000	39,41	1,24
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0051000	30,63	0,15
Insumo	6085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	MATERIAL	L	0,2845000	12,66	3,60
6.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
6.2	96132	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	PINT - PINTURAS	m²	1,0000000		22,88
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2985000	39,41	11,76
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0487000	30,63	1,49
Insumo	3767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	MATERIAL	UN	0,0800000	1,34	0,10
Insumo	43651	SINAPI	MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS	MATERIAL	KG	1,3390000	7,12	9,53
6.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

6.3	TRF2-FAC-01	Próprio	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA COM RESINA ACRÍLICA ELASTOMÉRICA, COM ADITIVOS IMPERMEABILIZANTES, COR CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, NO MÍNIMO TRÊS DEMÃOS DE ACABAMENTO. MARCA DE REFERÊNCIA: SUVINIL - TINTA FACHADA PROTEGIDA EMBORRACHADA OU SIMILAR - adaptado de SINAPI 96132	PINT - PINTURAS	m²	1,0000000		18,47
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2000000	39,41	7,88
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,0330000	30,63	1,01
Insumo	CT19	COTAÇÃO	TINTA FACHADA PROTEGIDA EMBORRACHADA SUVINIL	MATERIAL	L	0,2300000	41,66	9,58

6.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
6.4	TRF2A1_0006	Próprio	RUFO EXTERNO EM CHAPA DE ALUMINIO NATURAL, CORTE DE 80CM, FIXAÇÃO SUPERIOR	COBE - COBERTURA	m	1,0000000		182,46
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	2,4780000	30,63	75,90
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3900000	38,76	15,11
Insumo	142	SINAPI	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	MATERIAL	310ML	0,2610000	39,80	10,38
Insumo	12815	SINAPI	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	MATERIAL	UN	0,0400000	9,53	0,38
Insumo	4356	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, UN 0,06 DIAMETRO 2,5 MM, COMPRIMENTO * 9,5 * MM COM ARRUELA E BORRACHA DE VEDAÇÃO	MATERIAL	UN	4,0000000	0,34	1,36
Insumo	CT13	COTAÇÃO	CHAPA DE ALUMINIO, CORTE 80CM, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,40MM	MATERIAL	m	1,0500000	74,35	78,06
Insumo	CT14	COTAÇÃO	FITA DE ALUMINIO PARA PROTEÇÃO DA FIXAÇÃO DO RUFO, LARGURA DE 50MM, MARCA DE REFERÊNCIA "3M"	MATERIAL	m	0,3000000	2,92	0,87
Insumo	CT15	COTAÇÃO	BUCHA PARA TIJOLO BAIANO PARA FIXAÇÃO DOS RUFOS ATRAVÉS DE PARAFUSOS	MATERIAL	UND	4,0000000	0,10	0,40

6.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
6.5	TRF2A1_0007	Próprio	TRATAMENTO DE JUNTA SERRADA, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE À BASE DE SILICONE. AF_09/2023 - ADAPTADO DE SINAPI 98577	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M	1,0000000		65,15
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,1655000	39,25	45,74
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2359000	30,63	7,22
Insumo	CT10	COTAÇÃO	Selante de Silicone RTV Monocomponente de cura neutra e médio módulo - marca DOWSIL CPS	MATERIAL	L	0,0540000	210,35	11,35

7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
7.1	98546	SINAPI	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA ALUMÍNIO, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM. AF_09/2023	IMPE - IMPERMEABILIZAÇÕES E PROTEÇÕES DIVERSAS	m²	1,0000000		138,81
Composição Auxiliar	88243	SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,2102000	31,88	6,70
Composição Auxiliar	88270	SINAPI	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,9324000	39,35	36,68

Insumo	511	SINAPI	PRIMER PARA MANTA ASFALTICA A BASE DE ASFALTO MODIFICADO DILUIDO EM SOLVENTE, APLICACAO A FRIO	MATERIAL	L	0,5872000	18,90	11,09
Insumo	4015	SINAPI	MANTA ASFALTICA ELASTOMERICA EM POLIESTER 4 MM, TIPO III, CLASSE B, ACABAMENTO PP (NBR 9952)	MATERIAL	m²	1,1319000	72,82	82,42
Insumo	4226	SINAPI	GAS DE COZINHA - GLP	MATERIAL	KG	0,2600000	7,42	1,92
7.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
7.2	98560	SINAPI	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFALTICA	IMPE - IMPERMEABILIZAÇÕES E PROTEÇÕES DIVERSAS	m²	1,0000000		57,57
Composição Auxiliar	87298	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m³	0,0200000	664,17	13,28
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,9750000	39,25	38,26
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1970000	30,63	6,03
8			TRANSPORTE MANUAL, LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS					
8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.1	TRF2_0031	Próprio	ENSACAMENTO DE ENTULHO UTILIZANDO SACOS DE RÁFIA DE 80 CM X 55 CM	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	M³	1,0000000		138,04
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	3,0000000	30,63	91,89
Insumo	37526	SINAPI	SACO DE RAFIA PARA ENTULHO, NOVO, LISO (SEM CLICHE), *60 X 90* CM	MATERIAL	UN	13,0000000	3,55	46,15
8.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.2	TRF2_0032	Próprio	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	M³	1,0000000		21,36
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,7200000	29,67	21,36
8.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.3	TRF2_0085	Próprio	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA DE 5M³ PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSES A, B E C	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	1,0000000		420,00
Insumo	CT05	COTAÇÃO	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA DE 5M³ PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSES A, B E C	SERVIÇOS	UN	1,0000000	420,00	420,00
8.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.4	88039	SINAPI	TRANSPORTE HORIZONTAL ATÉ 100M DE MATERIAIS DIVERSOS E ENTULHO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m³	1,0000000		127,69
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	4,1691000	30,63	127,69
8.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.5	TRF2_0033	Próprio	TRANSPORTE VERTICAL COM ELEVADOR, PARA DESCIDA/SUBIDA DE MATERIAIS	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	M³	1,0000000		30,00
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,9900000	30,63	30,00

8.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.6	TRF2_0041	Próprio	TRANSPORTE VERTICAL, MANUAL, 1 PAVIMENTO, PARA DESCIDA/SUBIDA DE MATERIAIS	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M³	1,0000000		30,63
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	30,63	30,63
8.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.7	TRF2_0009	Próprio	LIMPEZA DIÁRIA DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000		673,86
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	22,0000000	30,63	673,86
8.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.8	94207	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM PARA SUBSTITUIÇÃO DAS TELHAS FURADAS, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	COBE - COBERTURA	m²	1,0000000		53,32
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1500000	30,63	4,59
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1150000	38,76	4,45
Composição Auxiliar	93281	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,0050000	35,49	0,17
Composição Auxiliar	93282	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,0069000	34,31	0,23
Insumo	1607	SINAPI	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	MATERIAL	CJ	1,2700000	0,35	0,44
Insumo	4302	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16" X 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	MATERIAL	UN	1,2700000	5,28	6,70
Insumo	7194	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	MATERIAL	m²	1,2750000	28,82	36,74
8.9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.9	94449	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO	COBE - COBERTURA	m²	1,0000000		68,82
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1500000	30,63	4,59
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1150000	38,76	4,45
Composição Auxiliar	93281	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,0050000	35,49	0,17
Composição Auxiliar	93282	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,0069000	34,31	0,23
Insumo	1607	SINAPI	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	MATERIAL	CJ	1,2700000	0,35	0,44
Insumo	4302	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16" X 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	MATERIAL	UN	1,2700000	5,28	6,70
Insumo	7184	SINAPI	TELHA DE FIBRA DE VIDRO ONDULADA, TRANSLUCIDA / INCOLOR, E = *0,6* MM, DE *0,50 X 2,44* M (L X C)	MATERIAL	m²	1,2750000	40,98	52,24
8.10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.10	TRF2_0002	Próprio	LIMPEZA FINAL	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	M²	1,0000000		5,19

Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1400000	30,63	4,28
Insumo	3	SINAPI	ACIDO CLORIDRICO / ACIDO MURIATICO, DILUICAO 10% A 12% PARA USO EM LIMPEZA	MATERIAL	L	0,0500000	18,22	0,91

8.11	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
8.11	TRF2-DES	Próprio	DESMOBILIZAÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000		1.023,84
Composição Auxiliar	92145	SINAPI	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO. AF_11/2015	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	4,0000000	99,57	398,28
Composição Auxiliar	92146	SINAPI	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHI DIURNO. AF_11/2015	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	12,0000000	52,13	625,56

9			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
9.1	TRF2-ADM-INH	Próprio	ADIMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0000000		87.352,73
Composição Auxiliar	93567	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	25.995,42	25.995,42
Composição Auxiliar	100321	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	8.426,33	8.426,33
Composição Auxiliar	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	6,0000000	8.821,83	52.930,98

O percentual de Administração Local da Obra ficou em 19,69%, valor bem superior ao 3º quartil da tabela do Acórdão do TCU 2.622/2013, pois se trata de um serviço de recuperação de fachadas com trabalho em altura, ou seja, os valores referentes aos materiais não é tão significativo quanto em uma obra de construção de edificação nova.

Adicionalmente, devido aos trabalhos em altura, faz-se necessário o acompanhamento por parte do Técnico de Segurança do Trabalho, bem como, a presença do Engenheiro Civil também é primordial, além de exigência legal, por ser um trabalho que pode impactar na Estrutura da edificação.

Portanto, embora o percentual seja bem superior ao recomendado pelo o acórdão, o mesmo é necessário e condizente com a realidade da obra e as exigências legais das Normas Técnicas e da Legislação Trabalhistas.

Engº Civil Alexsandro Santos Campelo  
CREA-RJ 2019108609



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_/202\_\_\_

Proc. nº 0004426-79.2024.4.02.8000

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, **Coordenadora**, em 10/06/2025, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](#) informando o código verificador **1045122** e o código CRC **FFD0076E**.

0004426-79.2024.4.02.8000

SEI 1045122v2



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202\_

Proc. nº 0004426-79.2024.4.02.8000

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome: Parentesco: Órgão: CC\* MPJ\*

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI, Coordenadora**, em 10/06/2025, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1045149** e o código CRC **6033E107**.

0004426-79.2024.4.02.8000

SEI 1045149v2





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900\_\_\_/25

Proc. Sei nº

\_\_\_\_\_, DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, **Coordenadora**, em 10/06/2025, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1047915** e o código CRC **75D832EE**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO**

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/25

Proc. Sei nº

\_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, **Coordenadora**, em 10/06/2025, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](#) informando o código verificador **1047923** e o código CRC **B5206B64**.

0004426-79.2024.4.02.8000

SEI 1047923v1

## PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Construção de Edifícios (também para Reformas)

ITENS	SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,00%
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	S+G	0,80%
TAXA DE RISCO	R	1,27%
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	DF	1,23%
TAXA DE LUCRO	L	7,40%
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)	0,65%
	COFINS (geralmente 3,00%)	3,00%
	ISS (legislação municipal)	1,50%
	CPRB (INSS)	0,00%
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU		21,58%
<b>BDI RESULTANTE</b>		<b>21,58%</b>

FÓRMULA UTILIZADA: 
$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Demonstração:

AC = taxa de Administração Central

S = taxa de Seguros

R = taxa de Riscos

G = taxa de Garantias

DF = taxa de Despesas Financeiras

L = taxa de Lucro/ remuneração

I = taxa de incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS)

**Administração Central (AC)**

Considerado = 4,00 % (varia entre 3 a 5,50% do custo direto da obra)

**Seguro + Garantia (S + G)**

Considerado = 0,80% (varia entre 0,8 a 1,0% do custo da obra)

**Risco ( R )**

Considerado = 1,27% (varia entre 0,97 a 1,27% do custo da obra)

**Despesas Financeiras (DF)**

Considerado = 1,23% (varia entre 0,59 e 1,39% do custo direto da obra)

**Lucro (L)**

Considerado = 7,40% (varia entre 6,16 a 8,96% do custo direto da obra)

**Tributos sobre o faturamento (I)**

TRIBUTO	ALÍQUOTA
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISS (Rio de Janeiro - RJ)*	1,50%
<b>TOTAL</b>	<b>5,15%</b>
CPRB (INSS)	4,50%

\*Deduz da base de cálculo de acordo com o Código Tributário do Município instituído pela Lei 691/1984, de 24/12/1984, artº 17, "ao valor das mercadorias fornecidas pelo prestador do serviço" e "ao valor das subempreitadas já tributadas pelo Município"

Alíquota = 3%

Base de cálculo: 50%

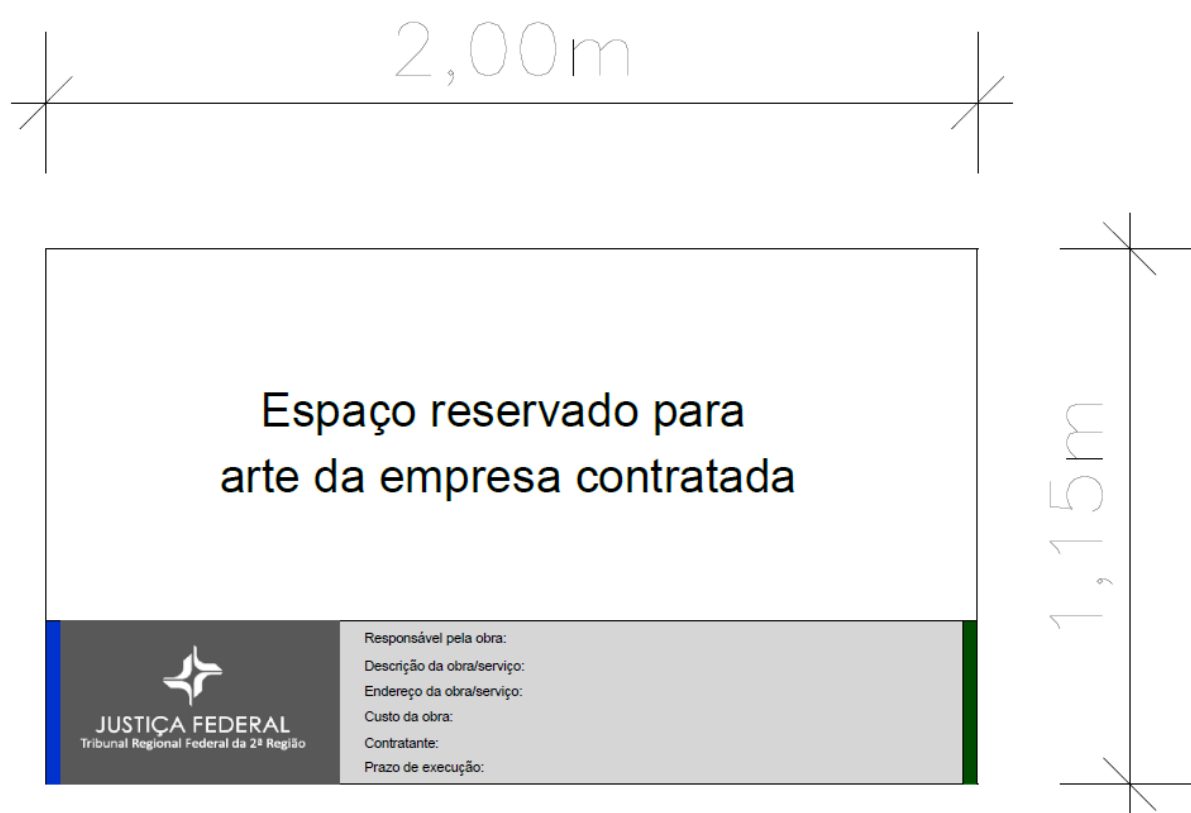
Alíquota efetiva: 1,50%

Rio de Janeiro, 31 de Março de 2025

ENGENHEIRO CIVIL ALEXSANDRO SANTOS CAMPELO - CREA /RJ N° 2019108609

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO									
Obra de Reforma e Recuperação das Fachadas do Prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Rua Visconde de Inhaúma									
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									
ITEM	SERVIÇO	TOTAL POR ETAPA	Período						% GLOBAL
		% Planejado	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	TOTAL
									% TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 14.317,11							2,65%
			R\$ 12.885,40	R\$ 1.431,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.317,11
			90%	10%	0%	0%	0%	0%	100%
2	PREPARAÇÃO DOS ACESSOS AS FACHADAS	R\$ 157.861,23							29,26%
			R\$ 47.358,37	R\$ 15.786,12	R\$ 78.930,62	R\$ 15.786,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 157.861,23
			30%	10%	50%	10%	0%	0%	100%
3	DEMOLIÇÕES, RETIRADAS, LIMPEZA E PREPARAÇÃO DO SUBSTRATO	R\$ 112.321,07							20,82%
			R\$ 0,00	R\$ 16.848,16	R\$ 22.464,21	R\$ 39.312,37	R\$ 33.696,32	R\$ 0,00	R\$ 112.321,07
			0%	15%	20%	35%	30%	0%	100%
4	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL	R\$ 10.149,97							1,88%
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.059,99	R\$ 4.059,99	R\$ 2.029,99	R\$ 10.149,97
			0%	0%	0%	40%	40%	20%	100%
5	RECUPERAÇÃO DO REVESTIMENTO DE PASTILHAS CERÂMICAS	R\$ 29.773,92							5,51%
			R\$ 0,00	R\$ 17.864,35	R\$ 11.909,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.773,92
			0%	60%	40%	0%	0%	0%	100%
6	PINTURA DAS EMPENAS	R\$ 45.309,87							8,39%
			R\$ 2.265,49	R\$ 4.530,99	R\$ 6.796,48	R\$ 13.592,96	R\$ 13.592,96	R\$ 4.530,99	R\$ 45.309,87
			5%	10%	15%	30%	30%	10%	100%
7	SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO	R\$ 18.344,35							3,40%
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.337,74	R\$ 11.006,61	R\$ 18.344,35
			0%	0%	0%	0%	40%	60%	100%
8	TRANSPORTE MANUAL, LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS	R\$ 45.160,34							8,37%
			R\$ 2.258,02	R\$ 4.516,03	R\$ 6.774,05	R\$ 11.290,09	R\$ 11.290,09	R\$ 9.032,07	R\$ 45.160,34
			5%	10%	15%	25%	25%	20%	100%
9	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 106.203,44							19,68%
			R\$ 15.930,52	R\$ 14.868,48	R\$ 31.861,03	R\$ 20.178,65	R\$ 16.992,55	R\$ 6.372,21	R\$ 106.203,44
			15%	14%	30%	19%	16%	6%	100%
Medição mensal			R\$ 80.697,79	R\$ 75.845,85	R\$ 158.735,96	R\$ 104.220,19	R\$ 86.969,65	R\$ 32.971,87	
Medição mensal acumulada			R\$ 80.697,79	R\$ 75.845,85	R\$ 158.735,96	R\$ 104.220,19	R\$ 86.969,65	R\$ 32.971,87	R\$ 539.441,30
% mensal			14,96%	14,06%	29,43%	19,32%	16,12%	6,11%	100,00%
% acumulado			14,96%	29,02%	58,45%	77,77%	93,89%	100,00%	100,00%

## Modelo de Placa de Obra



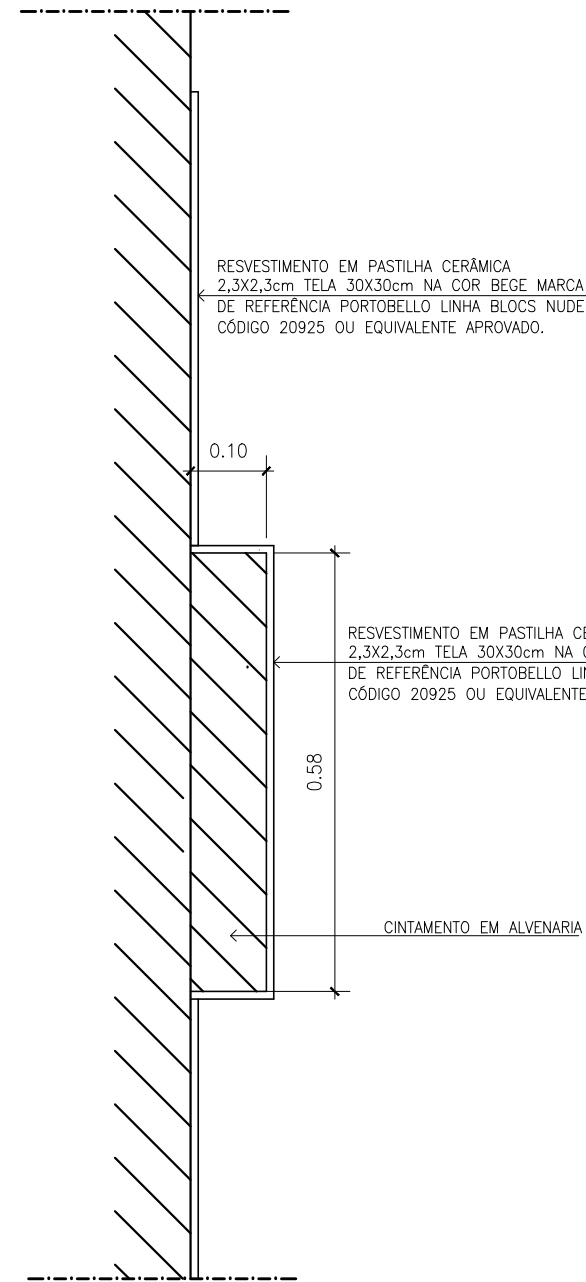




1 FACHADA LATERAL EXISTENTE/RUA DA QUITANDA  
ESCALA: 1/100



2 FACHADA FRONTAL EXISTENTE/RUA VISCONDE DE INHAÚMA  
ESCALA: 1/100



5 DETALHE 01/CINTAMENTO  
ESCALA: 1/10



3 PATOLOGIAS FACHADA LATERAL EXISTENTE/RUA DA QUITANDA  
ESCALA: 1/100



4 PATOLOGIAS FACHADA FRONTAL EXISTENTE/RUA VISCONDE DE INHAÚMA  
ESCALA: 1/100

FACHADA LATERAL		
Nº PATOLOGIA	TIPO	TAMANHO (cm)
01		75 x 15
02		60 x 30
03		60 x 40
04		85 x 60
05		85 x 40
06		60 x 55
07		60 x 100
08		85 x 40
09		25 x 50
10		40 x 40
11		130 x 10
12		80 x 60
13		x
14		80 x 60
15		35 x 30
16		15 x 15
17		50 x 20
18		50 x 20
19		50 x 50
20		20 x 20
21		40 x 45
22		50 x 15
23		40 x 60
24		1.150 x 15
25		70 x 10

FACHADA FRONTAL		
Nº PATOLOGIA	TIPO	TAMANHO (cm)
01		10 x 20
02		130 x 150
03		60 x 20
04		120 x 35
05		120 x 20
06		130 x 10
07		40 x 70 x 15
08		130 x 10
09		15 x 15
10		420 x 10
11		100 x 60
12		180 x 60
13		50 x 155
14		80 x 15
15		60 x 20
16		135 x 640
17		450 x 10
18		30 x 35
19		130 x 560
20		10 x 15
21		25 x 30
22		x
23		20 x 15
24		60 x 10
25		80 x 20

LEGENDA	
	PASTILHAS DANIFICADAS
	PASTILHAS DANIFICADAS HORIZONTAL
	PEDRA DANIFICADA

- NOTAS:
- 1- MEDIDAS E ELEVAÇÕES EM METROS, EXCETO ANOTADOS.
  - 2- SEMPRE CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
  - 3- SEGUIR TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO.
  - 4- NOS LOCAIS DE TROCA DE PASTILHA, DEVERÁ SER UTILIZADA PASTILHAS SEMELHANTES À EXISTENTE APROVADAS PELA FISCALIZAÇÃO.
  - 5- APÓS A TROCA DAS PASTILHAS NOS LOCAIS INDICADOS EM PLANTA, SERÁ FEITA A PINTURA DAS PASTILHAS NA COR BRANCO GELO CASO SEJA NECESSÁRIO A UNIFORMIZAÇÃO DAS PASTILHAS ANTIGAS COM AS PASTILHAS NOVAS.
  - 6- DEVERÁ SER REALIZADO NOVO TESTE DE PERCUSSÃO PARA REVALIDAR TODAS AS PATOLOGIAS ENCONTRADAS E IDENTIFICAR EVENTUAIS NOVAS ÁREAS.

HISTÓRICO DAS CINCO ÚLTIMAS REVISÕES

REV	STATUS	DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
RUA ACRE, 80 CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP: 20081-000

TÍTULO: PROJETO DE ENGENHARIA  
REFORMA E MANUTENÇÃO DAS PASTILHAS E PINTURAS DA FACHADA

DESCRIÇÃO: FACHADAS E PATOLOGIAS

LOCAL DA OBRA: RUA VISCONDE DE INHAÚMA Nº68, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ

AUTOR PROJETO: ALEXSANDRO SANTOS CAMPELO  
ENGENHEIRO CIVIL CREA/RJ 2019108609

SECRETARIA/DIVISÃO: SIE/DIOBR/NUGOR

VERSÃO: REVISÃO 00

DATA: ABR/2025

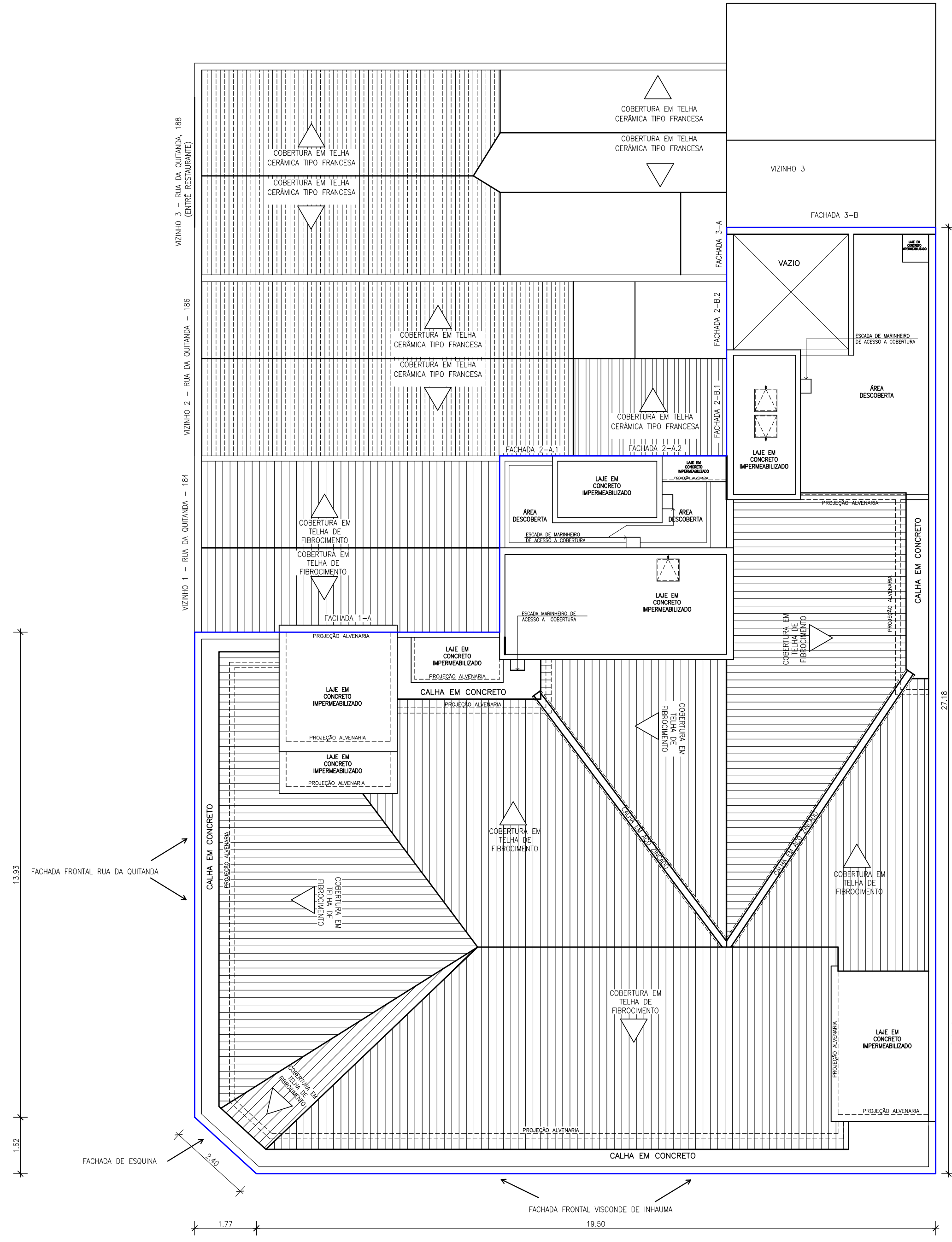
ESCALA: INDICADA

ESCALA/PLOTAGEM: 1000/100

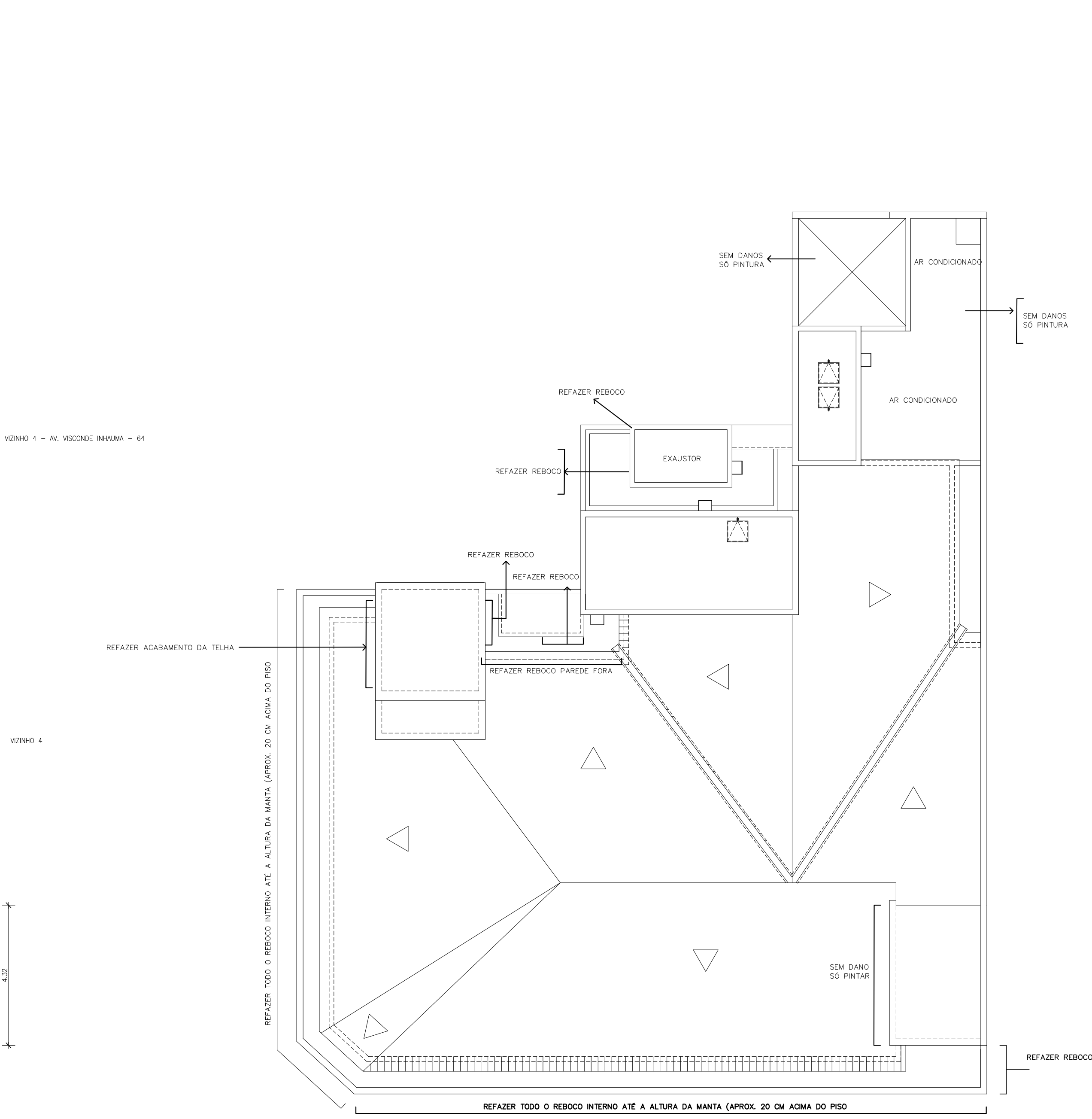
DESENHO: ALEXSANDRO CAMPELO

VISTO:

PRANCHA: ENG. 01/02



1 PLANTA DE COBERTURA E LOCALIZAÇÃO  
ESCALA: 1/100



2 PLANTA DE PATOLOGIAS COBERTURA  
ESCALA: 1/100

- NOTAS:
- 1- MEDIDAS E ELEVAÇÕES EM METROS, EXCETO ANOTADOS.
  - 2- SEMPRE CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
  - 3- SEGUIR TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO.
  - 4- NOS LOCAIS DE TROCA DE PASTILHA, DEVERÁ SER UTILIZADA PASTILHAS SEMELHANTES À EXISTENTE APROVADAS PELA FISCALIZAÇÃO.
  - 5- APÓS A TROCA DAS PASTILHAS NOS LOCAIS INDICADOS EM PLANTA, SERÁ FEITA A PINTURA DAS PASTILHAS NA COR BRANCO GELO CASO SEJA NECESSÁRIO A UNIFORMIZAÇÃO DAS PASTILHAS ANTIGAS COM AS PASTILHAS NOVAS.
  - 6- DEVERÁ SER REALIZADO NOVO TESTE DE PERCUSSÃO PARA REVALIDAR TODAS AS PATOLOGIAS ENCONTRADAS E IDENTIFICAR EVENTUAIS NOVAS ÁREAS.

HISTÓRICO DAS CINCO ÚLTIMAS REVISÕES

REV	STATUS	DATA	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
RUA ACRE, 80 CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP. 20081-000

SECRETARIA/DIVISÃO:  
SIE/DIOBR/NUGOR

VERSÃO:  
REVISÃO 00

DATA:  
ABR/2025

ESCALA:  
INDICADA

ESCALA/PLOTAGEM:  
1000/100

DESENHO:  
ALEXSANDRO CAMPELO

DESCRIÇÃO:  
COBERTURA E PATOLOGIAS

LOCAL DA OBRA:  
RUA VISCONDE DE INHAÚMA N°68, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ

AUTOR PROJETO:  
ALEXSANDRO SANTOS CAMPELO  
ENGENHEIRO CIVIL CREA/RJ 2019108609

PRANCHA:  
ENG.  
02/02





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**MINUTA TRF2 1160458**

*\*MINUTA*

*MINUTA\**

*MINUTA\**

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E RECUPERAÇÃO DAS FACHADAS DO PRÉDIO DESTA E. TRIBUNAL NA RUA VISCONDE DE INHAÚMA, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Proc. Adm. SEI nº 0004426-79.2024.4.02.8000

**O Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a)**. \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo SEI nº 0004426-79.2024.4.02.8000, em consequência do Pregão Eletrônico nº **90062/2025**, fundamentado na Lei nº 14.133/2023, homologado em \_\_/\_\_/2025, através do despacho nº \_\_\_\_\_, FIRMAM o presente Contrato visando a *execução de serviços de reforma e recuperação das fachadas do prédio deste E. Tribunal na Rua Visconde de Inhaúma*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e às seguintes cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a execução de serviços de reforma e recuperação das fachadas do prédio desta E. Tribunal na Rua Visconde de Inhaúma, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90062/2025 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, e na forma estabelecida no presente Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**2.1 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.1.1 – A Contratada deverá executar os serviços constantes no Anexo 1 do Termo de Referência (Especificações Técnicas), nos quantitativos descritos na Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo II do Edital) e deverão estar de acordo com as dimensões e detalhes dos projetos constantes no Anexo IX do Edital.

## **2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

2.2.1 - Descrita detalhadamente nos subitens 1.1.3, 3.3.2.2, 3.3.2.3 e 3.3.2.5 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## **2.3 - DOS REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE:**

2.3.1 - Descritos detalhadamente no item 4.1 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## **2.4 - DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:**

2.4.1 - Descritos detalhadamente no item 4.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## **2.5 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

2.5.1 - O prazo de execução dos serviços é de, no máximo, 180 (*cento e oitenta*) dias corridos, contados a partir da data estipulada pela fiscalização no Termo de Início dos serviços, conforme Cronograma Físico-Financeiro constante do Anexo VIII do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.5.2 - Condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:

2.5.2.1 - Apresentação da designação formal do Preposto;

2.5.2.2 - Apresentação de ART/RRT junto ao CREA-RJ/CAU-RJ, referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado;

2.5.2.3 - Cronogramas físicos detalhados, geral e parciais, por local, assim como o planejamento dos serviços a serem executados.

2.5.3 - Os documentos supracitados deverão ser apresentados impreterivelmente em até 07 (*sete*) dias corridos, contados a partir da data da solicitação formal da Fiscalização, a ser realizada após a assinatura deste Contrato.

2.5.3.1 - O descumprimento deste prazo sujeitará a Contratada à penalidade prevista no item 15 da Tabela de Infrações e Multas Rescisórias, constante do item 11 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, que trata do IMR.

## **2.6 - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.6.1 - Os serviços serão executados no prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, Centro - RJ.

## **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**3.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no item 1.11 do Anexo I (Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:**

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.1.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e nº 229 de 22/06/2016 do Conselho

Nacional de Justiça.

3.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

3.1.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.4.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

3.1.5 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 3.1.2.1 e 3.1.4.1 será de, no máximo, 30 (*trinta*) dias a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

3.1.6 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.1.7 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.7.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

4.1 - São obrigações do Contratante, as constantes no Item 1.12 do Anexo I (Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), parte integrante deste Contrato.

#### **5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

5.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do Contrato será recebido da seguinte forma:

5.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante registro de recebimento no Portal do SIGEO, quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;

5.1.2 - Definitivamente – por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 90 (*noventa*) dias, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado.

5.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, designados na forma estabelecida no item 11.1 deste Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do Contrato, do Edital e de seus anexos.

5.2.1 - O prazo para o recebimento definitivo só começa a contar com o recebimento do documento fiscal no SIGEO e da documentação complementar exigida no contrato, o que acontecer por último.

5.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

5.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:**

### **6.1 - DO PREÇO:**

6.1.1 - As Planilhas de Preços (Anexo II do Edital), bem como o Cronograma Físico-Financeiro (Anexo VIII do Edital), fornecidos pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integram este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Décima;

6.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R \$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como: materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes ao fornecimento contratado.

### **6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

6.2.1 - O pagamento será efetuado em medições mensais mediante a apresentação de Planilha de medição e da documentação complementar discriminada no subitem 6.2.3, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, discriminativo dos serviços prestados devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada.

6.2.1.1 - no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

6.2.1.2 - no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior ao limite estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21 devidamente atualizado;

6.2.1.3 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.4 - Para fins do disposto nos subitens 6.2.1.1 ou 6.2.1.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 - O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, cujos procedimentos serão registrados no mencionado sistema.

6.2.2.1 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao link do SIGEO - JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

6.2.2.2 - A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais).

6.2.2.3 - Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

6.2.2.4 - Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal.

6.2.2.5 - Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação.

6.2.3 - A documentação complementar, abaixo discriminada, deverá ser enviada por meio de endereço eletrônico [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br).

6.2.3.1 - Carta de Apresentação da Cobrança;

6.2.3.2 - Boletim de Medição (em papel e meio eletrônico – extensão.pdf);

6.2.3.2.1 - O Boletim de Medição deverá conter todos os serviços presentes na planilha estimativa sintética de serviços e preços que já tenham sido objeto de medição, mesmo aqueles que não tenham quantidade medida no período.

6.2.3.2.2 - Além disso, deverá ser carimbado e assinado pela Contratada, que deverá anexar as memórias de cálculo da quantificação, obrigatoriamente acompanhadas de cópias dos croquis, com a indicação dos elementos executados e de outros documentos julgados necessários pela fiscalização.

6.2.3.3 - Memória de cálculo da medição (em papel e meio eletrônico – extensão.pdf);

6.2.3.4 - Registro fotográfico dos serviços executados;

6.2.3.5 - Diário de obras assinado pelo responsável técnico pela obra e pelo fiscal;

6.2.3.6 - Manifestos referentes à remoção de resíduos sólidos.

6.2.4 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação encaminhando declaração por meio de endereço eletrônico [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br).

6.2.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores.

6.2.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

6.2.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.7 - No caso de documento fiscal apresentado com erro a Contratada será notificada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.8 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

6.2.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.8, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

### 6.3 - DO REAJUSTE:

6.3.1 - Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os §§ 3º e 4º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2 - O reajustamento dos preços será feito com base na variação do INCC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = (I - I_0 / I_0) \times P$ , onde:

$R$  = Reajuste

$I$  = N.º índice da data do reajuste

$I_0$  = N.º índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste

$P$  = Preço a ser reajustado

6.2.3 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

6.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.2.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

## 7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
4.4.90.51.91	228.531	

## 8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:

8.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no **Item 17** do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## 9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico nº 90062/2025, e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX;
- Proposta datada de \_\_/\_\_/2025 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (\_\_\_\_\_).
- CERTIFICADO DE VISTORIA, *se houver*, emitido pelo Núcleo de Gestão de Obras e Reformas (NUGOR), comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato (\_\_\_\_\_).

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

## 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, ou comissão de servidores, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 - Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

11.2.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.

11.2.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.2.4 - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

11.2.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

11.2.6 - A fiscalização técnica do Contrato avaliará a entrega do material para evitar que a Contratada deixe de produzir os resultados, deixe de executar, ou execute com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixe de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilize-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2.7 - A fiscalização técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item 11 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2.8 - Comunicar à Contratada as providências necessárias para sanar eventuais problemas detectados na execução dos serviços.

11.2.9 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

11.2.10 - Reunião de Início dos Serviços:

11.2.10.1 - Será realizada a reunião de início dos serviços entre a Contratada e a fiscalização, no local dos serviços, para esclarecimento dos critérios, condicionantes, conteúdo dos documentos, que deverão ser observados na produção dos serviços, e dos demais procedimentos da fiscalização. Nesta reunião, deverão estar presentes o preposto e os membros da equipe técnica da Contratada a critério do Contratante.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:**

### **12.1 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

12.1.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 360 (*trezentos e sessenta*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante.

### **12.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:**

12.2.1 - O prazo de garantia dos serviços é de, no mínimo, 05 (*cinco*) anos, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sobre quaisquer defeitos provenientes de erros e/ou omissões, mesmo aqueles decorrentes de erros de concepção, matéria-prima, fabricação, inspeção, ensaios, embalagem, transportes, manuseios, montagem, etc., excluindo-se, todavia, danos ou defeitos decorrentes do desgaste de uso anormal e influências externas de terceiros não imputáveis à Contratada.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):**

13.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, que estão dispostas no item 11 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

## **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS SEGUROS CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA E ACIDENTE DE TRABALHO:**

14.1 - A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado da data de entrega da via assinada do Contrato, seguro contra riscos de engenharia com validade para todo o período de execução do serviço, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias.

14.2 - Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a Contratada responderá pelos danos e prejuízos que causar ao Contratante, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução do serviço.

14.3 - A Contratada deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado no item anterior, seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da CF e regulado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91.

14.4 - É vedada a subcontratação total dos serviços:

14.4.1 - Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá, durante a

execução do Contrato, subcontratar parte dos serviços até o limite de 49% (*quarenta e nove por cento*) do valor global do Contrato;

14.4.2 - Em caso de subcontratação, a Contratada deverá apresentar declaração da empresa a ser subcontratada, de que irá realizar os serviços, exigindo-se, ainda, que as mesmas sejam formalmente apresentadas à fiscalização do Contrato;

14.4.3 - As empresas subcontratadas deverão comprovar ter as qualificações técnicas necessárias para a execução dos serviços subcontratados;

14.4.4 - Cabe ao Contratante avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista;

14.4.5 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.4.6 - É vedada a subcontratação dos serviços em relação aos quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestado de capacidade técnica.

## **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:**

15.1 - A Matriz de Alocação de Riscos está demonstrada no item 12 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

16.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor do contrato a ser firmado.

16.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

16.1.1.1 - Na hipótese de opção por seguro-garantia, deverá ser apresentada a respectiva Apólice no prazo mínimo de 1 (*um*) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, nos termos do §3º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

16.2 - A prestação da garantia contratual encontra-se detalhadamente discriminada no item 14.11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS CASOS OMISSOS:**

17.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

## **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

18.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

18.2 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (*cinquenta por cento*).

18.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

18.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

18.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

## **19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO:**



Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

**20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

---

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor-Geral

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)

**\*\*MINUTA ASSINADA APENAS PARA PERMITIR A VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO\*\***



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA TEIXEIRA JORGE**, **Analista Judiciária**, em 01/08/2025, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1160458** e o código CRC **FA065E82**.